

Como fazer um Plano de cultura

Como fazer um plano de cultura



Secretaria de Políticas Culturais
Ministério da Cultura



Como fazer um plano de cultura



Secretaria de
Políticas Culturais

Ministério da
Cultura



Como fazer um plano de cultura

Novembro de 2013

EQUIPE DA SECRETARIA DE POLÍTICAS CULTURAIS / MINISTÉRIO DA CULTURA
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DAS METAS E MONITORAMENTO DO PLANO NACIONAL DE CULTURA

Américo Córdula
Anirlenio Donizet de Moraes
Gabriella Silveira Crivellente
Isabelle Cristine da Rocha Albuquerque
Klaus Balogh Fagundes
Lídia Diniz Taveira
Miriam de Paula Barros Araujo
Pedro Junqueira Pessoa
Priscila Ribeiro Prado Barros
Rafael Pereira Oliveira
Ticiano Nascimento Egg
Tony Gigliotti Bezerra

APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO
TERMO DE PARCERIA MINC E
INSTITUTO VIA PÚBLICA

EQUIPE DO INSTITUTO VIA PÚBLICA

DIRETORES
Pedro Paulo Martoni Branco – Diretor Executivo
Luiz Henrique Proença Soares – Diretor de Planejamento e Projetos

EQUIPE TÉCNICA
Ceres Prates
Emi Miyamoto
Maria Amélia Jundurian Corá

CONSULTORIA PARA ESTA PUBLICAÇÃO

PROJETO GRÁFICO
tsa.design (Silvia Amstalden e Isabella Lotufo)

DIAGRAMAÇÃO
Todotipo Editorial (Leonardo Ortiz Matos)

ILUSTRAÇÕES
Joana Lira

EDIÇÃO DE TEXTO
Agnes Mariano, Fabiana Camargo Pellegrini,
Maria Otilia Bocchini, Cristina Yamazaki,
Lívio Lima de Oliveira

PREPARAÇÃO E REVISÃO
Todotipo Editorial

Agradecimento a todos os gestores e técnicos do Ministério da Cultura e suas instituições vinculadas, aos integrantes do Conselho Nacional de Política Cultural e às demais pessoas que contribuíram durante o processo de elaboração das metas do Plano Nacional de Cultura.

Coordenação-Geral do Plano Nacional de Cultura
SCS, Quadra 9, Lote C, Torre B - 10º andar
| 70308-200 Brasília/DF | 61 20242026
<http://pnc.culturadigital.br>
e-mail: pnc@cultura.gov.br

Sumário

Sobre esta publicação 6

Plano de cultura: componente para o desenvolvimento 8

Planos de cultura: do sonho para o real 12

Visão geral do processo de criação do plano de cultura 20

Como estamos? Qual a situação atual da cultura? 30

Sensibilização e participação democrática 42

Onde queremos chegar? O que se deseja mudar ou desenvolver na cultura do município? 48

Redação final e validação do plano 60

Como gerir os avanços? 68

Lista das metas do Plano Nacional de Cultura 76

Plano Nacional de Cultura: perguntas frequentes, histórico e próximos passos 81

Sobre esta publicação

Esta publicação integra um conjunto de ações que o Ministério da Cultura (MinC) vem fazendo para difundir o Plano Nacional de Cultura (PNC) e auxiliar estados, municípios e setores culturais na elaboração de seus planos. Ela vem somar-se a outras ações de formação e de informação disponíveis no *site* do MinC (www.cultura.gov.br/snc) e ao Projeto de Assistência Técnica à Elaboração de Planos de Cultura que o MinC realizou, entre 2012 e 2013, e que, por meio de parcerias com as Universidades Federais de Santa Catarina e da Bahia, prestou apoio a estados e cidades que desejavam formular seus planos.

O Plano Nacional de Cultura prevê a elaboração de planos complementares em três níveis de execução: planos setoriais, estaduais e municipais. Esta cartilha apresenta, de forma geral, como esses planos devem ser elaborados e quais as etapas e os processos que deverão ser seguidos.

A metodologia aqui descrita aplica-se a todos os tipos de planos de cultura, mas, para contextualizá-la, alguns municípios são usados como exemplo, pois é nas cidades que a cultura é praticada em maior extensão. É nas cidades que mora a maioria das pessoas que criam, reproduzem e consomem cultura e encontram mais possibilidade de interação. A meta do Plano Nacional de Cultura é que, até 2020, ao menos 3 339 cidades brasileiras tenham suas políticas culturais executadas com base em planos de cultura. Pretende-se, dessa forma, levar aos municípios o apoio técnico do Ministério para a elaboração desses planos.

A metodologia proposta para a elaboração dos planos de cultura se baseia na participação de todos os atores culturais e dos cidadãos de forma geral, por isso a importância de constituir espaços participativos como os conselhos, comitês, fóruns e consultas populares.

Ainda que seguindo a mesma metodologia participativa para a elaboração dos planos de cultura, no caso dos municípios há um diferencial: pensar a política cultural em torno de seu território e de suas relações com as manifestações e produções culturais. Já os planos estaduais devem se estruturar de forma mais ampla e regionalmente especializada, enquanto os planos setoriais devem considerar a especificidade do setor cultural em amplitude nacional, estadual ou municipal, conforme o caso.

Por fim, convém lembrar que todos os planos devem ser elaborados em sintonia com o Plano Nacional de Cultura, valorizando, complementando e alinhando as metas e as ações para o que já está estabelecido em suas 53 metas.



Plano de cultura: componente para o desenvolvimento

O Ministério da Cultura (MinC), por ocasião da 3ª Conferência Nacional de Cultura, de 2013, apresenta à sociedade duas publicações que contribuem para o desenvolvimento do país ao promover a reflexão sobre o Plano Nacional de Cultura (PNC) e os planos territoriais – estaduais, municipais ou distrital – e setoriais – segmentos artísticos. Esses planos estabelecem princípios, objetivos, ações e metas para o desenvolvimento cultural de um território ou setor.

O PNC, que faz parte do Sistema Nacional de Cultura (SNC), é o norteador da política cultural nacional. Ele estabelece objetivos, diretrizes, ações e metas para dez anos (2010 a 2020), e foi construído com base em discussões ocorridas nas conferências municipais, estaduais e nacionais de cultura e consolidadas no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Por isso, o PNC reflete anseios e demandas de todo o país, com respaldo do poder público e da sociedade civil.

Os planos territoriais de cultura contemplam as necessidades regionais e locais e colaboram para que estados, municípios e distritos atinjam as metas do PNC. Ao aderir ao SNC, cada um desses entes federados deve elaborar um documento de planejamento para o período de dez anos.

Os planos setoriais de cultura, por sua vez, devem expressar as especificidades de cada setor para que sejam atendidas pelas políticas de cultura. Estamos falando das particularidades da diversidade cultural, dos setores criativos e também de grupos culturais tradicionais, como afro-brasileiros e indígenas.

Com as obras *As metas do Plano Nacional de Cultura* e *Como fazer um plano de cultura*, o intuito do MinC é estimular um debate entre os participantes da diversidade cultural brasileira: cidadãos, artistas, representantes de culturas tradicionais e populares, produtores, gestores culturais e consumidores

de cultura. Um debate sobre instrumentos de planejamento que permitam ampla participação social na elaboração e na execução de políticas públicas.

Este volume é fruto do acúmulo das experiências e parcerias com instituições acadêmicas, municípios, estados, institutos e fundações públicas e privadas que se dedicam ao tema da gestão cultural. No outro volume, já na terceira edição, apresentamos de forma didática a Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que institui o PNC, e as 53 metas que orientam sua execução.

Por se tratar de um tema novo, essa publicação não é definitiva, está em processo vivo, como é a cultura. Foi concebida, portanto, como um guia de orientação que tem o propósito de auxiliar os entes federados e os setores culturais a construírem e executarem seus planos decenais. Para explicar esse processo de forma clara, apresentamos o passo a passo de como elaborar um plano de cultura. Essas etapas foram desenvolvidas com base em metodologias desenvolvidas para atender às necessidades de estados, municípios e setores culturais de forma didática.

Após a leitura das duas publicações, esperamos que todos possam se apropriar dos processos e aplicá-los em suas localidades. Nosso trabalho está apenas começando, e todos os brasileiros fazem parte desse universo, tanto como beneficiários da política do PNC como parceiros na implementação e fiscalização das ações nele propostas.

Desejamos uma boa leitura!

Secretaria de Políticas Culturais – Ministério da Cultura





Planos de cultura:
do sonho para o real

Planos de cultura: do sonho para o real

A meta 1 do Plano Nacional de Cultura (PNC) prevê que 3339 cidades tenham um plano de cultura até 2020.

Sua cidade está entre as que pretendem ter um plano de cultura?

É muito importante para sua cidade ter um plano municipal de cultura que estabeleça as ações de cultura para um período de dez anos. Isso significa gerar condições para desenvolver e preservar a diversidade das expressões culturais e promover o acesso a elas. Essas ações buscam satisfazer parte das necessidades básicas essenciais para o pleno exercício da cidadania, somando-se ao planejamento de ruas, esgoto, luz, escolas e postos de saúde.

Fazer um plano de cultura alinhado aos princípios e objetivos do PNC é uma escolha que prefeituras e governos estaduais fazem de se juntarem a uma política nacional de cultura. Para tanto, é fundamental que estados e cidades participem do Sistema Nacional de Cultura (SNC), que é a ponte entre as políticas culturais nos âmbitos federal, estadual e municipal. E os planos de cultura de estados e cidades, por sua vez, são as engrenagens que fazem funcionar o Sistema Nacional de Cultura. Sem os planos, o motor não gira, o sistema não anda.

O SNC propõe um pacto federativo entre as três instâncias: federal, estadual e municipal, estabelecendo mecanismos de gestão e responsabilidades compartilhadas. O trabalho conjunto garante um melhor aproveitamento dos investimentos em cultura, não deixando de lado a autonomia de cada ente nas escolhas e prioridades para o desenvolvimento de suas políticas de cultura.

O plano de cultura deve ser feito para dez anos

A finalidade dos planos de cultura é planejar programas, projetos e ações culturais que valorizem, reconheçam, promovam e preservem a diversidade cultural existente no Brasil. E isso não é tarefa para pouco tempo.

A Constituição Federal, no parágrafo 3º do artigo 215, diz que o PNC deve ter duração plurianual, e a Lei nº 12.345/2010 estabelece um período de dez anos para sua realização. Esse prazo visa a assegurar a continuidade das políticas para além das gestões governamentais.

O plano de cultura é trabalhoso, mas compensador

O plano de cultura é um documento preparado a muitas mãos e em muitas etapas. São meses para cumprir todos os passos.

Na construção do plano municipal, muitas pessoas da Prefeitura, da Câmara Municipal e da sociedade civil são envolvidas, mas o resultado é compensador: um documento de planejamento que reúne os anseios da sociedade aos interesses e possibilidades do poder público, facilitando a execução das políticas públicas de cultura.

O primeiro passo é compreender o que a sociedade espera desse plano. Além de levar em conta o que se deseja com o plano, é preciso ter uma base técnica para saber se o que se pretende alcançar pode ser de fato realizado. Ou seja, técnicos, gestores e sociedade devem trabalhar juntos nessa construção.

Será preciso, também, contar com um grupo de pessoas que sistematizem e redijam todo o documento do plano no final do processo. O prefeito ou a prefeita, então, enviam esse documento, em formato de projeto de lei, para ser aprovado pela Câmara Municipal. Quando os vereadores o aprovam, o plano vira lei e começa a ser executado.



O plano de cultura não está sozinho no mundo

O plano de cultura é uma parte indispensável do Sistema Nacional de Cultura (SNC) – um não existe sem o outro, como veremos adiante.

O plano de cultura também se entrelaça com planos nas áreas de turismo, educação e comunicação, por exemplo. Além disso, existem diversas leis que regulam as atividades culturais e que precisam ser consideradas na elaboração da política cultural.

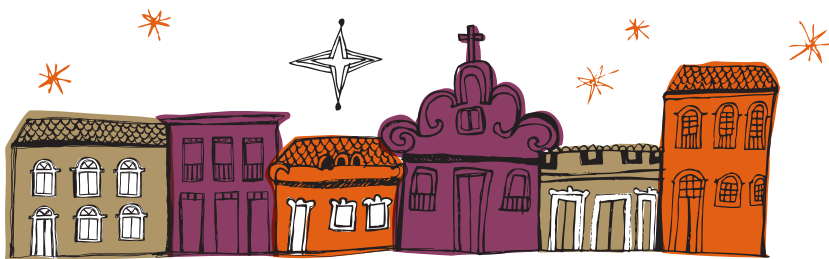
Nas cidades, o plano municipal deve estar alinhado ao Plano Nacional de Cultura e dialogar com o plano estadual.

O lugar da cidade no Sistema Nacional de Cultura (SNC)

As cidades e áreas urbanas estão no centro do SNC. É nelas que a cultura se materializa, pois são as pessoas que nelas vivem que criam e reproduzem cultura, participando e desfrutando de atividades culturais. Ao mesmo tempo, as decisões políticas que podem interferir nesse processo vivo que acontece nos municípios dependem dos estados e do Governo Federal.

O SNC será a ponte entre o Plano Nacional de Cultura e os planos de cultura estaduais, municipais e dos setores culturais. O sistema estabelece mecanismos de gestão compartilhada entre estados, cidades, Governo Federal e sociedade civil para a construção de políticas públicas de cultura.

A adesão ao SNC é voluntária e é realizada por meio de um Acordo de Cooperação Federativa. Com a adesão, a cidade pode receber recursos federais para o setor cultural e suporte para a estruturação de seu sistema de cultura.



Para incluir sua cidade no SNC, o primeiro passo é que o prefeito ou prefeita assinem o Acordo de Cooperação Federativa diretamente com o MinC. Depois que a adesão sai no *Diário Oficial da União* (DOU), o município começa a pôr em prática seus compromissos no acordo. Isso quer dizer que vai fazer o plano municipal de cultura e organizar os demais componentes obrigatórios do Sistema Municipal de Cultura.

Para saber mais sobre o SNC e o que sua cidade deve fazer para aderir, acesse www.cultura.gov.br/snc.

O Sistema Municipal de Cultura (SMC)

Algumas cidades têm órgão gestor de cultura e conselho municipal de política cultural, mas ainda não assinaram o Acordo de Cooperação Federativa. Outras cidades já assinaram e estão começando a elaborar os componentes de seu Sistema Municipal de Cultura (SMC).

Depois da assinatura do Acordo, o prefeito ou a prefeita indicam um responsável pelo acompanhamento dos compromissos assumidos. A partir daí, a cidade tem um prazo para propor ao Ministério da Cultura (MinC) um plano de trabalho para montar seu SMC.

Importância da lei do Sistema Municipal de Cultura

O prefeito ou a prefeita devem encaminhar à Câmara de Vereadores um projeto de lei criando o Sistema Municipal de Cultura. Essa lei define a estrutura e os principais objetivos dos cinco componentes obrigatórios do sistema: plano municipal de cultura, conferência municipal de cultura, órgão municipal de cultura, conselho municipal de política cultural, e sistema municipal de financiamento à cultura. No texto devem estar também os conceitos, princípios e objetivos da política cultural da cidade.

Para saber mais sobre a lei do Sistema Municipal de Cultura, consulte no Guia de Orientações para os Municípios um modelo de projeto de lei que pode ser adaptado para a realidade de sua cidade. Acesse www.cultura.gov.br/snc.

As funções dos cinco componentes obrigatórios do Sistema Municipal de Cultura

- ▲ **Plano municipal de cultura:** documento de planejamento para orientar a execução da política cultural da cidade.
- ▲ **Conferência municipal de cultura:** formula e avalia as políticas culturais expressas no plano.
- ▲ **Órgão municipal de cultura:** executa as ações previstas no plano. Pode ser secretaria, fundação ou uma unidade gestora ligada a uma secretaria.
- ▲ **Conselho municipal de política cultural:** contribui com a formulação e o acompanhamento das políticas culturais, colabora com a organização do plano – orientado pelas diretrizes estabelecidas na conferência de cultura – e aprova sua forma final.
- ▲ **Sistema municipal de financiamento à cultura:** constitui um fundo de recursos que ajuda no financiamento das ações e metas previstas no plano.

Informações culturais: quem são os agentes e espaços culturais da cidade?

Ao aderir ao Sistema Nacional de Cultura, a cidade também começa a participar de um banco de dados eletrônico que reúne e divulga informações sobre cultura – o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

O SNIIC tem como missão integrar dados culturais vindos da sociedade e dos órgãos públicos e privados de cultura com o objetivo de tornar público o maior conjunto de informações sobre a cultura brasileira. Cabe aos estados e às cidades atualizar e inserir os dados culturais de seu território no SNIIC.

A cidade que coloca seus dados no sistema ficará representada no mapa da diversidade cultural do país. As festividades, feiras, festivais, equipamentos, produtores culturais, atores e todas as manifestações culturais da cidade ficam expostos no calendário aberto a todos e passam a fazer parte das estatísticas nacionais.

O SNIIC é uma janela para as políticas culturais do país. A partir das informações desse banco de dados, fica mais fácil produzir e monitorar o plano de cultura. Essas informações também permitem que os gestores e toda a sociedade acompanhem o andamento do Plano Nacional de Cultura e dos planos estaduais, municipais e setoriais de cultura.

Palmas, a primeira cidade a colocar seus dados no SNIIC

Palmas, capital do Tocantins, foi a primeira cidade brasileira a ter uma quantidade expressiva de espaços e manifestações culturais cadastrados no SNIIC. No município, os artistas e produtores que desejam receber incentivo para projetos culturais geridos pela Fundação Cultural de Palmas devem estar cadastrados no SNIIC.

O SNIIC pretende ainda ser uma rede social da cultura, da qual a sociedade pode participar atuando para a construção de políticas culturais mediante enquetes, consultas públicas e criação colaborativa de leis e editais. É o que podemos chamar de plataforma de governança colaborativa, em que poder público e sociedade interagem na elaboração de políticas públicas, garantindo a todos o exercício pleno da cidadania cultural.

Para saber mais sobre o SNIIC, acesse o portal sniic.cultura.gov.br.

Segmentos culturais: a soma das diferenças

Até pouco tempo atrás, as ações culturais tinham como foco as linguagens artísticas, como teatro, dança, música, circo, artes visuais, audiovisual e literatura, entre outras. A partir da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco, da qual o Brasil faz parte desde 2006, ampliou-se o olhar sobre outros segmentos culturais que fazem parte do dia a dia da cidade, mas que, às vezes, parecem invisíveis.

Agora, as políticas culturais precisam incluir também a expressão dos indígenas, quilombolas e ciganos, as culturas populares e toda a diversidade cultural brasileira. Dessa forma, o plano de cultura deve ser amplo e abranger a todos.





Visão geral do
processo de criação do
plano de cultura

Visão geral do processo de criação do plano de cultura

1. Fase de preparação

▲ Aderir ao Sistema Nacional de Cultura (SNC)

- Prefeito ou prefeita assinam o Acordo de Cooperação Federativa.
- Prefeito ou prefeita nomeiam o responsável técnico que vai elaborar o plano de trabalho para a cidade organizar seu sistema de cultura.

▲ Elaborar e aprovar a lei do Sistema Municipal de Cultura (SMC)

- Prefeito ou prefeita e assessores criam projeto de lei que define a estrutura e os principais objetivos do SMC.
- Vereadoras e vereadores aprovam a lei do SMC.

2. Fase de implantação do Sistema Municipal de Cultura (SMC)

▲ Implantar o sistema de financiamento à cultura e o conselho de políticas culturais

- Prefeito ou prefeita criam o sistema de financiamento à cultura, instalam o conselho de políticas culturais, com no mínimo metade de representantes indicados pela sociedade, e proveem as condições necessárias para efetivar esse componente do SMC.

▲ Planejar e executar as ações para iniciar a construção do Plano Municipal de Cultura (PMC)

- Montar as equipes internas da Prefeitura que vão coordenar a construção do PMC e preparar o documento final em forma de projeto de lei.
- Promover o debate em profundidade das exigências e condições do plano de cultura (conceito, premissas, princípios e instâncias), com o responsável indicado pelo prefeito ou pela prefeita, equipes internas, vereadores interessados e conselheiras e conselheiros, caso já exista conselho de cultura na cidade.
- Preparar a agenda interna para o início da construção do plano.

- Preparar os recursos de comunicação pública para divulgar a agenda do PMC e incentivar a participação das pessoas em sua construção.
- Planejar e executar ações para garantir mecanismos de consulta e participação popular em todas as etapas.
- Planejar e executar ações para realizar a conferência municipal de cultura.
- Planejar e executar ações para incentivar a participação das pessoas em todo o processo de construção do PMC.

3. Fase de responder à pergunta “Como estamos?”

- Preparar texto preliminar com dados e informações sobre o município e sobre a situação da cultura na cidade.
- Preparar texto preliminar com avaliações sobre a situação da cultura na cidade, apontando desafios e oportunidades.
- Consolidar o material em um formato que possa ser apresentado e debatido em reuniões públicas (*A cultura em nossa cidade – situação atual*).



4. Fase de convidar a cidade para o debate público do plano de cultura

- Apresentar o material do documento preliminar *A cultura em nossa cidade – situação atual* em fóruns, reuniões, mesas de debate, entre outras instâncias, como estratégia de sensibilização e convite à participação democrática.
- Coletar nos debates públicos elementos para complementar e apurar o documento *A cultura em nossa cidade – situação atual*.
- Coletar nos debates públicos elementos para elaborar a parte do plano referente ao *Onde queremos chegar?* (diretrizes, prioridades, objetivos, estratégias, metas e ações).
- Sistematizar o documento *A cultura em nossa cidade – situação atual* e mantê-lo acessível ao público.

5. Fase de responder à pergunta “Onde queremos chegar?”

- Preparar documento preliminar *Onde queremos chegar?*
- Preparar e executar formas de consulta.
- Coletar eventuais contribuições públicas para *Como fazer e Quando chegaremos lá?*

6. Fase de preparar versão preliminar do conjunto do plano

Nessa fase, a equipe responsável deverá:

- Preparar o elenco de resultados e impactos esperados.
- Trabalhar com outros setores da Prefeitura para ter apoio técnico nas questões relativas a prazos de execução, custos, classificação de despesas etc.
- Trabalhar na explicitação dos indicadores de monitoramento e avaliação.
- Trabalhar na consolidação do modelo de gestão, dos mecanismos de consulta e participação.

7. Fase de consulta e aprovação do plano

- Submeter uma versão preliminar do plano à consulta pública e posterior aprovação pelo conselho.
- Enviar o plano para aprovação da Câmara em forma de lei.

Exigências e condições dos planos de cultura

Todas as pessoas responsáveis pela formulação do plano de cultura devem estar cientes de suas condições e exigências.

Sugere-se um estudo inicial dessas condições e exigências pelos grupos de trabalho e comissões. Durante o processo, sempre que possível será bom retomar esses pontos para garantir que sejam respeitados.

Conceito

O plano de cultura é um documento formal que representa a política de gestão cultural de uma cidade. Nesse documento estão as ações culturais que se pretende desenvolver na cidade por um período de dez anos.

O plano deve promover a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade das expressões e manifestações culturais.

Premissas

As premissas são as ideias que devem orientar o processo de construção do plano.

▲ **O plano deve ser participativo**, isto é, deve envolver os representantes eleitos – prefeito ou prefeita e vereadores – e a sociedade civil para discutir propostas e meios de alcançá-las, e para acompanhar seus resultados.

A sociedade civil pode participar de várias maneiras, mas dois espaços de participação são obrigatórios: o conselho de cultura e a conferência de cultura.

▲ **O plano deve ser político**, isto é, deve ser resultado de um acordo entre os diferentes interesses de classes e grupos sociais.

▲ **O plano deve ser técnico**, ou seja, basear-se em práticas e procedimentos que deem suporte à realização das ações aprovadas.

▲ **O plano deve fazer parte do planejamento da política pública**, isto é, a cultura deve se relacionar com outras áreas de desenvolvimento.

▲ **Os planos nacional, estadual e municipal devem ter correspondência entre si**. Isso quer dizer que o desenvolvimento cultural da cidade deve ser planejado considerando as metas estabelecidas nos planos estadual e federal.

Princípios

Os princípios são as regras que devem conduzir a preparação do plano. Eles orientam a conduta dos governos federal, estadual, distrital e municipal e da sociedade civil em suas relações como parceiros e responsáveis pelo funcionamento do plano.

Princípio do protagonismo municipal

Cabe ao prefeito ou à prefeita a iniciativa e a responsabilidade pela condução do plano municipal de cultura. São os prefeitos quem indicam o responsável pelo sistema municipal de cultura na relação com o Ministério da Cultura e o coordenador do plano municipal de cultura.

Princípio do diálogo interinstitucional e social

O diálogo é a forma de comunicação que deve orientar todo o processo de elaboração do plano. As decisões e os acordos devem acontecer de modo conjunto entre os organismos públicos municipais, os demais poderes e esferas de governo, a sociedade em geral e, em especial, a comunidade cultural.

Princípio da legitimidade

Para terem legitimidade, todo o processo de elaboração do plano de cultura e o próprio plano devem ter legalidade formal, isto é, devem respeitar as leis que se aplicam ao caso. O plano de cultura também terá legitimidade política se for reconhecido por todos os envolvidos. Outra fonte de legitimidade é a coerência técnica do plano.

Princípio da visão sistêmica e territorial

Os temas abordados no plano de cultura devem desenvolver uma visão de conjunto da política cultural, estabelecer relações entre as áreas ou os processos do fazer cultural, e relacionar o plano a outras políticas públicas e a outras esferas de governo.

Princípio da transparência e objetividade

Todo o processo de planejamento e elaboração do plano deve ser conduzido de forma clara e objetiva. O plano deve ser elaborado de tal modo que todas as pessoas possam compreender os caminhos a serem percorridos e os resultados a serem alcançados.



Instâncias ou espaços de participação e colaboração

▲ **Instâncias de consulta e debate:** são os espaços de divulgação e consulta sobre questões importantes. Exemplos: mesas de debate, oficinas, seminários ou fóruns, consultas públicas e plenárias.

▲ **Instâncias técnicas:** são espaços ocupados por representantes indicados em razão de sua representatividade e seu conhecimento técnico e específico. Essas instâncias são também chamadas de grupos de trabalho ou comissões técnicas. As reuniões desses grupos e comissões são registradas em atas ou relatórios.

▲ **Instância de coordenação e validação:** é o conselho de cultura. Os conselhos devem ser eleitos democraticamente e devem ser paritários, isto é, pelo menos a metade dos conselheiros deverá ser formada por representantes da sociedade civil.

A importância do conselho está em estimular o processo de elaboração do plano e garantir que tal processo seja efetivamente participativo. O conselho deve fazer reuniões periódicas abertas com a função de dinamizar as discussões sobre o plano. Deve também cumprir uma agenda de aprovação dos documentos parciais e final do plano.



Roteiro de orientação

A seguir, algumas recomendações gerais e um roteiro de orientação detalhado para ajudar na elaboração do Plano Municipal de Cultura (PMC).

Recomendações

Entre as recomendações gerais, destacam-se:

- As cidades podem desenvolver seu PMC com autonomia.
- É importante que, no processo de construção do PMC, sejam considerados os pontos em comum com o PNC e registradas lacunas, se houver.
- Convém estabelecer trocas de informações com o plano estadual.

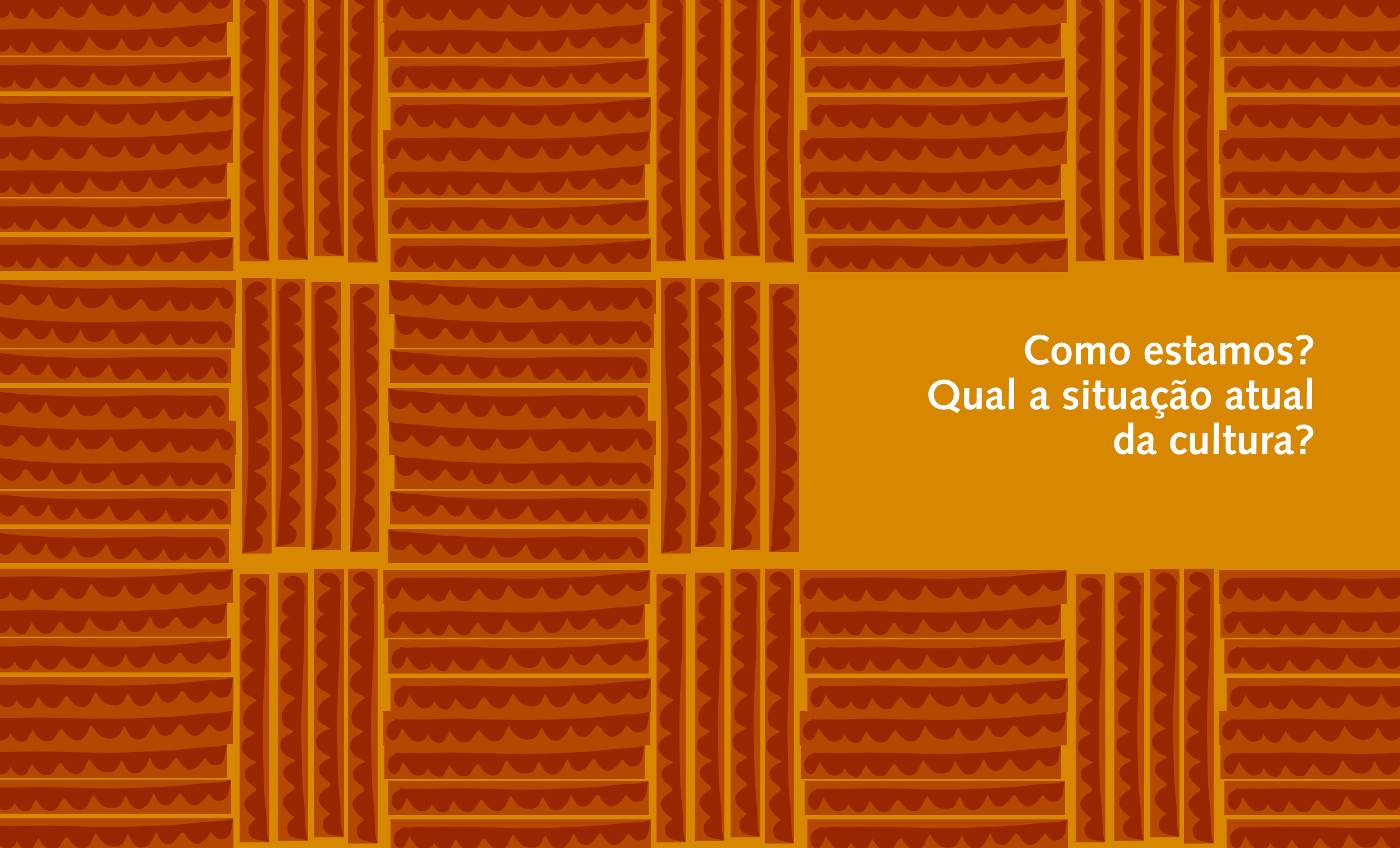
Quatro grandes divisões do plano

O roteiro de orientação indica quatro grandes divisões do plano, traduzidas em perguntas:

- ▲ Como estamos?
- ▲ Onde queremos chegar?
- ▲ Como fazer e quando chegaremos lá?
- ▲ Como gerir os avanços?

De maneira geral, as divisões poderão ajudar bastante na organização do trabalho, e por isso vão ser apresentadas em sequência nos capítulos seguintes.

A produção do plano pode efetivamente ser feita acompanhando as quatro grandes divisões. Mas convém saber que nem sempre o processo segue como uma linha reta. Há tarefas que serão feitas simultaneamente, umas andarão mais depressa que outras, e assim por diante.



Como estamos?
Qual a situação atual
da cultura?

Como estamos? Qual a situação atual da cultura?

Planejamento e participação: pontos fortes do plano de São Caetano do Sul

O planejamento para a elaboração do plano municipal de cultura foi uma das atividades principais do Órgão Gestor de Cultura de São Caetano do Sul no ano de 2012. Esse planejamento considerou o levantamento e a organização da legislação do campo cultural na cidade, bem como a catalogação e a sistematização dos documentos das conferências municipais e dos diversos eventos realizados com a participação do Conselho de Política Cultural e lideranças da comunidade artística. Todo o processo foi realizado com plena participação do Conselho, que compôs o núcleo executivo responsável pela elaboração do plano. Esse trabalho possibilitou maior embasamento e ofereceu contribuições valiosas para o desenvolvimento do plano de cultura.

Chegou o momento de começar a responder à primeira pergunta do plano de cultura: *Como estamos?*

Para isso, será preciso reunir dados e informações para descrever a realidade concreta em que vivem as pessoas, com sua história, seu ambiente, suas condições econômicas, sociais e culturais. Esse é o primeiro passo para organizar um plano municipal de cultura, que fornecerá informações suficientes para saber como estamos e onde queremos chegar. Ou seja, é a partir desse documento que teremos condições de planejar.

Tendo em conta esse objetivo, é importante dar atenção aos indicadores socioeconômicos e culturais e mostrar a situação da cidade em relação ao estado, ao país e aos municípios vizinhos ou com perfis parecidos.

Com essa análise realizada, será possível fazer um diagnóstico da situação da cultura para identificar, de um lado, as fragilidades, os obstáculos e desafios que precisam ser superados, e de outro, as oportunidades, as vocações e as potencialidades a serem trabalhadas.

Ainda que esses pontos não sejam obrigatórios, eles são essenciais no processo de elaboração do plano de cultura.

Como foi feito o diagnóstico da cultura no estado do Rio de Janeiro

A fase de elaboração do diagnóstico da cultura no estado do Rio de Janeiro iniciou-se em 2009 com a realização de 92 encontros municipais, oito encontros regionais e uma conferência estadual.

Em seguida, foi feito um levantamento de dados por meio de atividades de âmbito regional. Como resultado desse esforço, foram elaborados e publicados oito documentos denominados "Notas para um diagnóstico preliminar: A cultura na região". Utilizando as contribuições e os diagnósticos regionais, o grupo de coordenação elaborou uma versão preliminar do plano e do projeto de lei, que foi discutida em encontros regionais e setoriais. **Para saber mais**, acesse: cultura.rj.gov.br.

Como é a sua cidade?

Essa pode ser uma pergunta inicial para a caracterização de uma cidade. As respostas dependerão de informações que nos ajudam a conhecer melhor o local em que vivemos. Veja a seguir os aspectos que ajudarão a organizar essa visão da cidade.

Os aspectos físicos

De que modo o clima, a localização e os recursos ambientais influenciam na forma de vida da população?

A demografia

É possível conhecer uma cidade realizando o estudo de sua população, que pode ser feito com o levantamento de alguns aspectos, como:

- etnia;
- faixa etária;
- gênero;
- ocupação;
- classe social e
- distribuição nas áreas urbana e rural.

Rio Grande do Sul: o que significa viver na fronteira

No plano do estado do Rio Grande do Sul, encontramos um exemplo sobre sua geografia. Ele nos esclarece um pouco como os aspectos físicos têm influência nos aspectos culturais. Vejamos: "Situado no extremo sul do País, quase a sair dele, com seu território repartido em planícies imensas e serras, limitando-se com povos de grande identidade, palco de todos os conflitos externos do Brasil [...]".

As muitas etnias em Criciúma, no estado de Santa Catarina

No Plano Municipal de Cultura de Criciúma, encontramos informações sobre a formação étnica de sua população: “A colonização iniciou-se com a chegada de 31 famílias de italianos, seguidas de poloneses e, em 1912, de alemães [...] Por fim, a cidade foi composta, basicamente, pelas etnias afro-descendentes, portuguesa, polonesa, alemã, árabe, italiana e espanhola”.

A economia

Ao considerar os aspectos econômicos da cidade, é possível identificar, por exemplo:

- a) a tradição e a vocação econômica de uma cidade;
- b) as características de produção, distribuição e consumo;
- c) a renda da população e
- d) a contribuição da cidade para o produto interno bruto estadual e nacional.

Em Vitória, produção artesanal de panelas de barro

No Plano Municipal de Cultura de Vitória, capital do Espírito Santo, podemos ver como a região dos manguezais possibilitou a formação de um grupo de artesãos que produzem panelas de barro: “Entre os grupos sociais que, de antemão, podemos identificar estão as Paneleiras de Goiabeiras, os catraieiros, os povos de terreiros, entre outros”. O exemplo das Paneleiras de Goiabeiras é bastante rico sobre como a tradição e o espaço geográfico influenciam na economia de uma cidade.



Em Laranjeiras, Rodas de Conversa para ouvir a sociedade

Nessa cidade de Sergipe, com base em uma dinâmica de mobilização social batizada de Rodas de Conversa, agentes do movimento cultural do município indicaram os pontos mais sensíveis da cultura com possibilidades de intervenção do poder público.

A partir dessa diretriz, um técnico da Prefeitura, destacado para compor o Núcleo Executivo Municipal, responsabilizou-se por aprofundar, junto às demais instâncias de administração municipal, as informações pertinentes a cada pleito da sociedade civil.

Esse estudo culminou na elaboração de um relatório de diagnóstico situacional que validou e qualificou as principais demandas sociais, orientando o processo de priorização e planejamento das ações.

Para saber mais sobre o relatório de diagnóstico, que se encontra no texto da lei do Plano Municipal de Cultura de Laranjeiras, acesse: planodeculturadelaranjeiras.wordpress.com.

Os aspectos sociais

Nos aspectos sociais podem ser incluídas questões educacionais, de segurança, bem-estar social, como os programas voltados a atividades de formação, redução da violência etc.



Uberaba qualifica o programa de leitura que a cidade já tem

Ao descrever a situação de partida dessa cidade mineira, o plano reconhece que, “[...] por iniciativa da Secretaria de Educação, o programa Proler é realizado anualmente na cidade com sucesso”.

Para saber mais sobre o Plano Municipal de Cultura de Uberaba, acesse: www.culturauberaba.com.br.

O lugar das manifestações populares no plano de Uberaba

O plano da cidade oferece um rico exemplo das manifestações populares características da região: “As Festas Tradicionais como Folias de Reis, Congado, Festas Juninas e Natalinas são sempre realizadas na cidade. Em outras áreas são realizados projetos para viabilizar sua preservação, como os Festivais de Catira e oficinas de Gastronomia”.

Os aspectos culturais

Todos os tipos de manifestações e expressões culturais importantes para a cidade devem ser lembrados e registrados no esforço de se obter uma visão completa de sua situação com relação a esses aspectos.

Para saber mais sobre o PNC, acesse: pnc.culturadigital.br.

A meta 3 do Plano Nacional de Cultura (PNC), que pretende completar o mapeamento da diversidade cultural no país

A meta 3 do PNC trata da cartografia da diversidade das expressões culturais realizadas em todo o território brasileiro. O objetivo dessa meta é revelar a diversidade cultural do território nacional, completando o que já existe de mapeamentos, estudos e pesquisas sobre a diversidade cultural brasileira. Isso significa que serão mapeadas tanto as expressões das linguagens artísticas (teatro, dança, circo, artes visuais, música, entre outras), como aquelas de grupos sociais representantes de vários segmentos de nossa diversidade.



Os aspectos político-institucionais

Ao tratar desses aspectos, é conveniente reunir os fatos históricos importantes da cidade ou que servem para estruturar o poder local. Incluem-se aí também os movimentos e as organizações sociais.

Plano Estadual de Cultura do Acre conta a história da presença humana no estado

“Segundo registros históricos, a ocupação por brasileiros do território onde hoje se delimita o estado do Acre tem seu início aproximadamente em 1878. Naturalmente já havia presença humana na região, especialmente indígena, com suas culturas, e não podemos negligenciar esse fato, sobretudo quando abordamos os aspectos que envolvem a formação cultural do estado. Nesse ano, chegam os primeiros brasileiros não indígenas, em sua maioria de origem nordestina, numa área encravada entre Brasil, Bolívia e Peru. O principal atrativo é a exploração da borracha”.



Quem somos? O diagnóstico cultural da cidade

Diagnosticar a realidade da cidade é analisar a situação em que ela se encontra. Devemos saber de maneira ampla como está nossa cidade e como sua formação influencia na cultura local.

No entanto, diagnosticar não é apenas saber como estamos, mas também quem somos e o que queremos ser. Em outras palavras, é primeiro identificar como chegamos à situação cultural em que se encontra a cidade e, em seguida, tentar definir como gostaríamos que ela estivesse.

E, para chegar a algum lugar em termos de política pública, é necessário traçar um caminho. Ou seja, é necessário planejar.

O Plano Municipal de Cultura de Uberaba faz isso de maneira clara. Para cada uma das 16 metas desse plano, há um tópico sobre a *situação atual* da cidade. Um exemplo de situação atual: “Não existe programa de incentivo à comunicação, ou investimentos previstos pela Fundação Cultural para essa ação, embora existam ações não sistematizadas”.

O plano de Uberaba também traz um tópico sobre ações, ou seja, o caminho que seus realizadores pretendem seguir para mudar a *situação atual*. Um exemplo: “Criação de editais pela Fundação Cultural para apoio específico de divulgação das atividades culturais, para artistas e agentes culturais da cidade, por meio de um ‘kit comunicação’ composto por custeio a materiais gráficos, divulgação em rádios, jornais ou TVs”.

Para analisar a situação cultural de sua cidade, convém fazer alguns levantamentos e diagnósticos. O Plano de Cultura de Uberaba, por exemplo, apresenta uma análise completa da situação da cultura do município, a começar pelo inventário de sua infraestrutura cultural pública.

Para saber mais sobre o Plano Municipal de Cultura de Uberaba, acesse: www.culturauberaba.com.br.

Fazer um inventário da área cultural

Fazer esse inventário significa realizar um levantamento dos bens culturais de uma cidade, que podem ser entendidos como:

- a) os serviços prestados;
- b) o patrimônio arqueológico e cultural;
- c) os sítios urbanos tombados;
- d) o acervo iconográfico;
- e) os museus, as bibliotecas, as casas de cultura, as salas de espetáculos, as cinematecas;
- f) os projetos que desenvolvem atividades culturais permanentes;
- g) livrarias e sebos e
- h) feiras culturais permanentes.

Cada cidade possui suas particularidades e poderá fazer seu próprio levantamento da área cultural. Há, no entanto, alguns sites que disponibilizam informações úteis para esse tipo de pesquisa, entre os quais o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

Veja em que dados se baseou a meta 31 do Plano Nacional de Cultura

A meta 31 do PNC trata dos “[...] municípios brasileiros com algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural”. As informações para essa meta foram elaboradas a partir de dados presentes na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), realizada pelo IBGE.



O diagnóstico cultural de Joinville, em Santa Catarina

O diagnóstico do Plano Municipal de Cultura de Joinville apresenta uma síntese das informações referentes à gestão cultural e outros dados pertinentes sobre as instituições culturais, os programas, projetos e ações permanentes, e os elementos do sistema municipal de cultura. **Para saber mais**, acesse www.cmpc-jlle.blogspot.com.br/p/plano-municipal-de-cultura.html.

Analisar os instrumentos legais

Para fazer essa análise, é preciso procurar saber quais são as leis que regem e apoiam a cultura na cidade. Essas leis podem ser municipais, estaduais, federais e mesmo internacionais. Todo esse levantamento serve para entendermos como está o suporte legal à cultura em nossa cidade.

Exemplo de uma lei que apoia projetos culturais em Recife

O Plano Municipal de Cultura de Recife, capital de Pernambuco, tem um capítulo que procura descrever todos os meios legais de apoio à cultura da cidade. Veja um exemplo de lei mencionada no levantamento: “O Sistema de Incentivo à Cultura do Recife, instituído no ano de 1996 através da Lei nº 16.215, realiza, anualmente, uma seleção de Projetos Culturais através de Edital Público, utilizando a modalidade do mecenato, com o uso do mecanismo da renúncia fiscal do ISS, pelo Município”.

Organizar todas essas informações exige muita dedicação e é muito compensador, porque é com esse material que podemos identificar os problemas e planejar como solucioná-los.

E esse é o momento de identificar os desafios a serem superados e as oportunidades a serem aproveitadas.

Para saber mais sobre o SNC e o que sua cidade deve fazer para aderir, acesse blogs.cultura.gov.br/snc/files/2012/05/PLANO-MUNICIPAL-RECIFE.pdf

Analisar a gestão pública da cultura

Essa análise procura detalhar a situação da cidade quanto à maneira como é governada na área de cultura. Isso pode ser feito procurando-se responder às seguintes questões:

- Há secretaria de cultura em minha cidade?
- Há um conselho de política cultural?
- Como é financiada a cultura na cidade?
- Qual o orçamento destinado a ela?
- Já foi feita uma conferência de cultura?

Como queremos nossa cidade? Como vamos superar os desafios e aproveitar as oportunidades?

Com a análise do contexto cultural de nossa cidade, chegamos a conhecer também seus problemas.

Agora, precisamos planejar os próximos passos. Isso significa ter que lidar com novos desafios e reconhecer as oportunidades para agir.

Podemos entender os desafios como tudo o que limita o desenvolvimento cultural local e precisa ser vencido.

As oportunidades são as condições que temos e que possibilitam o desenvolvimento da área.

Por exemplo, o Plano Municipal de Cultura de Recife identifica o seguinte problema para a área de artes cênicas: “Ainda observam-se lacunas numa política de formação continuada para os profissionais das Artes Cênicas”.

Quais os desafios e oportunidades traçados no plano para esse problema? O plano demonstra que, nesse caso, o desafio é investir em alguns centros de formação técnica e universitária na área. As oportunidades são as de renovar e estimular os centros que já existem: “O Centro de Formação e Pesquisa das Artes Cênicas Apolo-Hermilo, embora definido como ponto estratégico da política cultural, falta-lhe consolidação como equipamento de formação regular da cadeia produtiva das Artes Cênicas, enquanto núcleo formador de nível técnico”.

Com o diagnóstico em mente, esta etapa é a de traçar metas de como queremos a vida cultural de nossa cidade. E ela deve seguir um cronograma, para se acomodar no espaço de tempo de um plano de cultura.

A participação da sociedade civil é especialmente importante nessa etapa. Ela nos ajudará a escolher quais os assuntos mais importantes para abordar.





Sensibilização e
participação
democrática

Sensibilização e participação democrática

Uma das condições do plano de cultura é que ele deve ser participativo. Isso quer dizer que ele deve ser elaborado junto com a população da cidade. Participação é uma das características mais importantes dessa proposta de política cultural. Mas será que todo mundo vai participar?

Como sabemos, participar é direito, não é obrigação. Sendo assim, cabe à Prefeitura incentivar a participação, a começar pela divulgação das ações que estão sendo feitas.

As pessoas precisam de informação para decidir participar. Por isso, a Prefeitura deve promover ações de divulgação desde o início do processo de construção do plano.

Para mobilizar as pessoas a participar de uma reunião pública, é preciso demonstrar o quanto o tema pode ser essencial para suas vidas. É preciso haver um envolvimento emocional. Uma necessidade de mudança. Uma ideia que as motive.

Mas quem seriam as pessoas da cidade que poderiam ou gostariam de participar dos debates e da elaboração do plano de cultura?

As ações de convite e sensibilização devem ser iniciadas logo após o prefeito ou a prefeita nomearem uma equipe interna da Prefeitura para cuidar do plano de cultura da cidade.

Apresentamos a seguir algumas formas de incentivar e definir a mobilização e a participação das pessoas no processo de produção do plano.

Identificar pessoas com quem seria importante contar no processo

Essas pessoas podem estar entre os artistas, mestres populares, gestores públicos, professores, pesquisadores, bibliotecários, museólogos e tantos outros. O importante é que tenham experiência e envolvimento com a causa cultural.

Cabe ao prefeito ou à prefeita definir a composição do grupo de trabalho para a elaboração do plano. Além de indicar pessoas do serviço público e vereadores, também devem ser indicadas pessoas da sociedade.

Divulgar o processo de elaboração do plano

Quanto mais pessoas souberem, em diferentes locais, maior será a participação. Para isso, é preciso fazer uma divulgação eficiente.

A imprensa e a internet são os meios mais comuns, embora nem todos os indivíduos tenham acesso a eles. Há cidades em que o rádio continua sendo um meio muito eficaz, até mesmo para alcançar as pessoas que vivem na zona rural. A divulgação também pode ser feita por meio de faixas e cartazes e pelo site da Prefeitura.

Criar espaços de consulta e debate

É muito importante garantir a troca de informações entre o governo e a população. O Ministério da Cultura possui ferramentas on-line, disponíveis a qualquer gestor, que ajudam a estabelecer espaços de discussão entre diferentes grupos sociais. As aplicações “Delibera” e “Consultas Públicas” são acessíveis por meio da página do Plano Nacional de Cultura, na plataforma CulturaDigital.BR, disponível no portal pnc.culturadigital.br.

“Delibera” – Democracia On-line

A aplicação “Delibera” é uma plataforma virtual interativa de promoção de debates, com ferramentas de comunicação e interação, salas de bate-papo, vídeos, mapas, mecanismos de consulta e outros recursos.

“Consultas Públicas”

A aplicação “Consultas Públicas” oferece um conjunto de ferramentas para pessoas ou instituições interessadas em realizar uma consulta pública pela internet. Ela permite publicar um blog configurado para realizar consultas sobre um ou mais temas, por exemplo, artigos de um projeto de lei, itens de uma política e metas de um plano.

Essa aplicação pode ser facilmente adaptada para apresentar avaliações quantitativas e qualitativas da consulta em curso, com opções para o tratamento dos resultados.

Por meio dela, o gestor público define o que será consultado e o prazo em que a consulta ficará disponível. A sociedade então faz um simples cadastro e passa a poder comentar e sugerir propostas.

Como fazer as consultas públicas?

As consultas públicas podem ser feitas de forma presencial ou utilizando um sistema digital. É possível também usar as duas formas.

Consulta presencial

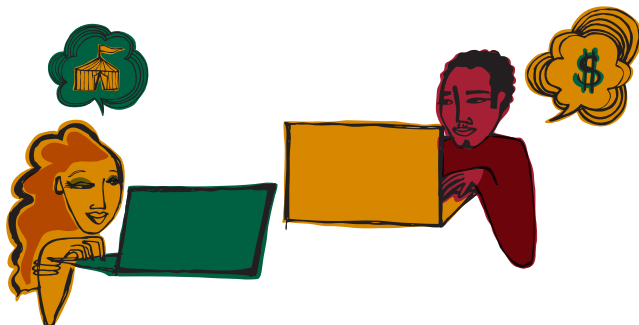
Para fazer uma consulta presencial, é preciso marcar dia, hora e local para apresentar e discutir o plano com todas as pessoas interessadas. Esse encontro pode ser uma oficina, um debate ou uma audiência pública.

Consulta digital

Para fazer uma consulta digital, cria-se um espaço na internet para que as pessoas conheçam o plano, ou partes dele, e escrevam suas sugestões. Vale usar qualquer tipo de sistema, de um blog a uma ferramenta mais estruturada. O fundamental é que o sistema seja simples para que cidadãos e cidadãs participem com facilidade.

Divulgação das consultas

A informação sobre as consultas programadas e o convite para participar delas devem chegar ao maior número possível de pessoas. A divulgação deve ser muito ampla, é preciso divulgar bastante o dia e o local dos encontros abertos, o endereço



do site ou plataforma digital onde vai ser realizada a consulta. Isso pode ser feito por meio de cartazes e faixas, com comunicados nas rádios ou estações de televisão da cidade ou em carros de som. As informações também devem estar no portal da Prefeitura na internet – caso possua um – e podem chegar às pessoas em boletins enviados por e-mail.

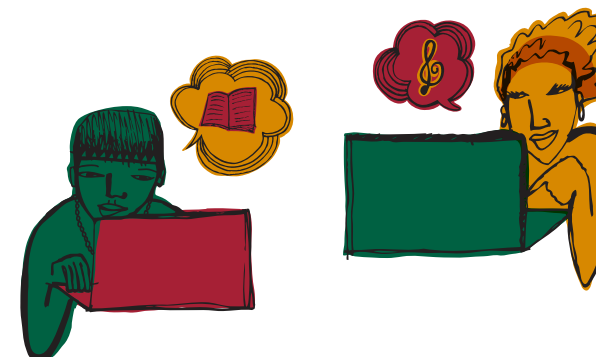
As consultas públicas em Fortaleza, capital do Ceará


Em Fortaleza foram realizadas audiências públicas e foram criadas ferramentas digitais que proporcionaram maior diálogo e interação com a sociedade civil. O plano foi apresentado em audiência pública, sendo discutido com o público presente, e permaneceu disponível na internet para as contribuições da sociedade civil. Além disso, foi desenvolvida uma ferramenta on-line que permitiu o mapeamento de artistas e objetos culturais da cidade. **Para saber mais**, acesse: www.fortaleza.ce.gov.br/cultura.

Estimular e facilitar a participação

A Prefeitura tem de usar recursos para estimular e facilitar a participação das pessoas interessadas. Os encontros presenciais devem ocorrer em dias, horários e lugares de fácil acesso. A plataforma digital também deve ter um sistema fácil de usar.

A questão dos prazos é muito importante para garantir a participação. É preciso haver tempo suficiente para que as pessoas leiam o plano, opinem e para que a equipe de trabalho faça as alterações no texto. Se o prazo da consulta pública for muito curto, não haverá tempo para tudo isso, e o papel de ouvir a sociedade não será cumprido.





Onde queremos chegar?
O que se deseja mudar
ou desenvolver na
cultura do município?

Onde queremos chegar? O que se deseja mudar ou desenvolver na cultura do município?

É o momento de pensar no futuro desejado para a cultura nos próximos dez anos. Essas expectativas podem trazer desafios, mas precisam ser viáveis, isto é, possíveis de serem realizadas.

Para dar vida a esse futuro, é preciso fazer escolhas e decidir qual será a direção da política cultural do município. É hora de decidir também que áreas e projetos serão desenvolvidos primeiro e, para cada área, explicar quais são os resultados que se pretende alcançar.

Esse planejamento é composto de três conceitos: diretrizes, prioridades e objetivos. A definição desses conceitos deve envolver ampla participação da sociedade, e isso pode ser feito por meio de conferências, conselhos, fóruns e outras formas de consulta pública.

A participação de pessoas, do conselho e de organizações no plano de Campo Grande

Campo Grande democratizou as informações sobre a elaboração do plano em todas as suas etapas e contou com a presença marcante do Conselho Municipal de Cultura. Realizou conferência e leituras públicas. Campo Grande possui organizações bastante ativas no campo cultural, entre elas o Fórum Municipal de Cultura. **Para saber mais** sobre o plano de Campo Grande, acesse: www.prefeituradecampo-grande.com.br/fundac.

Diretrizes e prioridades

Diretrizes são ideias, princípios e compromissos que orientam a tomada de decisões. As diretrizes ajudam a planejar o caminho a percorrer, ou seja, elas mostram a direção.

Escolher prioridades é dizer o que vai receber atenção em primeiro lugar. Isto é, quais manifestações, setores artísticos, grupos culturais e desafios serão considerados mais urgentes no plano de cultura.

As diretrizes e as prioridades são definidas a partir das informações do diagnóstico sobre a cultura do município. Elas orientam o planejamento dos objetivos, metas e ações do plano de cultura e indicam:

- ▲ a relação desse plano com outras políticas públicas do município, do estado e do país;
- ▲ a concepção de cultura que está sendo adotada;
- ▲ as relações entre cultura, economia, educação, turismo e outras áreas;
- ▲ os direitos do cidadão que serão garantidos;
- ▲ as manifestações culturais e os patrimônios que serão valorizados e protegidos;
- ▲ o que será feito em relação aos equipamentos culturais do município;
- ▲ qual a política em relação aos intercâmbios culturais;
- ▲ o que se planeja em relação ao consumo, à produção e à circulação da cultura;
- ▲ o que se planeja em relação ao ensino e à profissionalização e
- ▲ outras características da política cultural que se deseja implantar no município.



Objetivos

Para definir objetivos, é preciso esclarecer onde se está e aonde se quer chegar. Como está a cultura no município? Quais os equipamentos culturais? Quais os recursos, iniciativas, projetos, perspectivas? As respostas para essas perguntas estão no diagnóstico.

O plano do estado do Ceará resume muitas realizações para atingir quatro grandes objetivos

O documento que orienta a elaboração do Plano de Cultura do Ceará apresenta quatro objetivos. Parecem poucos, mas isso não significa uma visão limitada do futuro da cultura para o estado. Ao contrário, eles refletem um grande número de realizações que se pretende para o futuro da cultura no Ceará. Para saber mais sobre o plano, acesse www.facebook.com/planoculturaceara.

Daí se chega ao segundo ponto: o que se deseja para o município na área cultural. Objetivos são os resultados que se pretende alcançar no futuro desejado.

Assim, estabelecer objetivos também é decidir o que precisa mudar. Se a situação da cultura em seu município está muito longe do que a sociedade deseja, haverá um caminho mais longo a percorrer. Agora, se muitas conquistas já foram alcançadas, o caminho estará mais bem delimitado. Mas é preciso ter claro que ambas as situações envolvem desafios.

Assim, estabelecer objetivos também é decidir o que precisa mudar. Se a situação da cultura em seu município está muito longe do que a sociedade deseja, haverá um caminho mais longo a percorrer. Agora, se muitas conquistas já foram alcançadas, o caminho estará mais bem delimitado. Mas é preciso ter claro que ambas as situações envolvem desafios.

Aprovação e documentação

As diretrizes, as prioridades e os objetivos devem ser discutidos amplamente pelos grupos que elaboram o plano de cultura. É normal que apareçam visões diferentes. Nesses casos, deve-se discutir bastante até encontrar opções que atendam ao maior número de pontos de vista.

As diretrizes, as prioridades e os objetivos que forem aprovados pela maioria devem ser anotados. Eles poderão ser incluídos na redação final do plano de cultura.

Estratégias são ações políticas e técnicas

Estratégias são ações políticas e técnicas que ajudam a alcançar os objetivos e as metas. As estratégias tentam garantir que todos os recursos sejam utilizados da melhor maneira. Esses recursos podem ser financeiros, humanos ou tecnológicos.

Definir estratégias também é pensar em mudanças e em aproveitar oportunidades, colocando em prática novos procedimentos e parcerias. As estratégias são muito importantes para que o plano de cultura possa ser realizado de fato.

As estratégias de um plano de cultura podem envolver:

- ▲ fazer mudanças na organização do trabalho nas secretarias e órgãos;
- ▲ fazer mudanças na forma de atendimento ao público externo;
- ▲ criar formas de financiar a cultura ou melhorar as que já existem e
- ▲ formalizar parcerias com outros órgãos, secretarias, instituições, organizações não governamentais ou empresas.

Algumas estratégias do Plano de Cultura de Florianópolis

O Plano de Cultura de Florianópolis, capital de Santa Catarina, estabelece 14 estratégias, entre elas:

- ▲ democratizar e descentralizar as ações da cultura no município;
- ▲ ampliar e diversificar fontes e mecanismos de financiamento para a cultura do município;
- ▲ promover o intercâmbio cultural com os entes da Federação e também no âmbito internacional e
- ▲ estabelecer mecanismos de integração com os municípios da região metropolitana.



Metas são resultados que se deseja alcançar

Uma meta é um objetivo traduzido em termos quantitativos. Ou seja, um resultado/objetivo que pode ser medido em um período de tempo.

Essa medição mostra se a meta foi atingida ou não. Assim, a situação do plano de cultura pode ser constantemente avaliada.

Por exemplo, o objetivo pode ser a criação de novos museus e a meta poderia ser a criação de três museus no município até o ano de 2018. No Plano de Cultura de Uberaba, uma das metas é: “Aumento de 100% no número de pessoas que frequentam e participam de eventos, atividades e equipamentos culturais e promovendo a acessibilidade”.

Uma meta precisa ser importante, significativa, desafiadora. As metas indicam o que se deseja modificar, o futuro que se deseja construir.

A meta deve ser viável, ou seja, ser possível de realizar. Assim, antes de definir uma meta, é importante analisar quais são os recursos e as condições de trabalho. Lembre-se de que os recursos financeiros estão intimamente ligados ao pessoal e ao tempo necessários para realizar o plano de sua cidade.

Mas, como cumprir as metas? Com ações, isto é, com projetos e atividades. Portanto, as metas estão sempre ligadas às ações. Para cumprir uma meta é preciso realizar uma ou várias ações.

Ações são projetos e atividades para cumprir as metas

Uma das metas do Plano Municipal de Cultura de Vitória é ter “40 pontos de cultura em atividade na cidade até 2023”. Para cumprir essa meta, foram escolhidas as seguintes ações:

- ▲ realizar anualmente edital de pontos de cultura com recursos do Fundo Municipal de Cultura;
- ▲ assessorar a execução técnica dos projetos em desenvolvimento com equipe de gestores culturais da Secretaria de Cultura de Vitória e
- ▲ capacitar os pontos de cultura para a gestão qualificada, por meio de cursos sobre formas de convênio e prestação de contas.

Exemplos de ações para que os trabalhadores do município usufruam do Vale-Cultura

O Ministério da Cultura lançou o Vale-Cultura, programa de acesso cultural para o trabalhador, que pode usar um vale mensal de R\$ 50,00 para adquirir bens culturais como livros, CDs, DVDs, ingressos para teatro, *shows*, cinema etc.

A meta 26 do Plano Nacional de Cultura pretende alcançar o resultado de “12 milhões de trabalhadores beneficiados pelo Programa de Cultura do Trabalhador (Vale-Cultura)” até 2020. Um plano municipal pode estar alinhado com essa meta nacional e aprovar outra, na qual certo número de trabalhadores do município usufrua do Vale-Cultura, e há várias ações possíveis para alcançá-la. Uma possibilidade seria fazer a divulgação do programa junto a empresários, equipamentos culturais, artistas e produtores. Outra ação seria criar meios para facilitar a criação de uma rede de oferta de produtos e serviços culturais obtidos com o Vale-Cultura.

Exemplos reais de metas e ações

Na área cultural, município, estado e país devem trabalhar juntos. Essa união fortalece a cultura. O plano municipal é parte de algo maior: o Sistema Nacional de Cultura (SNC). Por isso, é desejável que as metas do plano municipal de cultura estejam em sintonia com as metas dos planos nacional e estadual.

A troca entre Governo Federal, estado e município pode envolver muitos aspectos:

- ▲ apoio técnico;
- ▲ recursos financeiros;
- ▲ capacitação de pessoal e
- ▲ muitas outras formas de parceria.



O primeiro passo é conhecer bem o Plano Nacional de Cultura e o plano de cultura de seu estado. O segundo passo é ver se as metas e ações do plano municipal estão alinhadas com as metas dos planos nacional e estadual. E então, se for preciso, fazer ajustes nessas metas e ações.

Veja a seguir exemplos de algumas metas federais e municipais que caminham na mesma direção para atingir um mesmo objetivo.

Objetivo: Aumentar os recursos públicos na área cultural

Esse objetivo está relacionado a três metas do Plano Nacional de Cultura. São elas:

- ▲ meta 50 – 10% do Fundo Social do pré-sal para a cultura;
- ▲ meta 51 – aumento de 37% acima do Produto Interno Bruto (PIB) dos recursos públicos federais para a cultura e
- ▲ meta 52 – aumento de 18,5% acima do PIB de renúncia fiscal do Governo Federal para incentivo à cultura.

No plano da cidade de Vitória, há também uma meta com o objetivo de aumentar os recursos para a área cultural: “orçamento anual da Secretaria Municipal de Cultura fixado em no mínimo 2% do orçamento municipal a partir de 2014”.

As ações escolhidas foram:

- ▲ implantar programa de investimento de parcela dos *royalties* do pré-sal na cultura;
- ▲ realizar/executar projeto de captação de recursos junto ao setor privado;
- ▲ estabelecer parcerias com organizações e/ou organismos internacionais de apoio à arte e à cultura e
- ▲ ampliar a participação em projetos culturais do município nas leis federais de incentivo à cultura e no Fundo Nacional de Cultura.

Objetivo: Realizar eventos que aumentem a participação da sociedade na política cultural

Este objetivo está relacionado à meta 49 do Plano Nacional de Cultura: “Conferências Nacionais de Cultura realizadas em 2013 e 2017, com ampla participação

social e envolvimento de 100% das Unidades da Federação (UF) e 100% dos municípios que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura (SNC)”.

Em relação ao plano municipal, apresentamos um exemplo da cidade de Uberaba.

Uma das metas do Plano de Cultura de Uberaba é: “conferências municipais de cultura realizadas em 2013 e 2017, com ampla participação da comunidade e de todas as câmaras setoriais”. As ações escolhidas foram:

- ▲ consolidar as conferências, os fóruns e seminários que envolvam a formulação e o debate sobre as políticas culturais, e espaços de consulta, reflexão crítica, avaliação e proposição de conceitos e estratégias;
- ▲ realizar a conferência municipal a cada quatro anos, envolvendo a sociedade civil, os gestores públicos e privados, as organizações e as instituições culturais e os agentes artísticos e culturais e
- ▲ estimular – e contribuir para – a organização dos fóruns setoriais, garantindo a participação do maior número de pessoas por área cultural.

Objetivo: Aumentar a presença da cultura nas escolas

Este objetivo está relacionado à meta 12 do Plano Nacional de Cultura:

- ▲ meta 12 – “100% das escolas públicas de educação básica com a disciplina de Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural”.

Mais uma vez, a cidade de Uberaba adotou em seu plano: “100% das escolas municipais desenvolvendo atividades de Arte e Cultura”.

Algumas das ações escolhidas foram:

- ▲ criar oficinas itinerantes, integradas com o sistema de ensino formal, como maneira de estimular políticas de transmissão dos saberes e fazeres das culturas populares e tradicionais nas escolas;
- ▲ articular junto à Secretaria de Educação a inclusão, nos currículos escolares, de conteúdos que tenham foco nos movimentos culturais regionais e nacionais em suas mais diversas manifestações;

- ▲ estabelecer parcerias com a Secretaria de Educação para potencializar apresentações, exposições e diálogos culturais nas escolas, envolvendo toda a comunidade escolar e
- ▲ proporcionar o acesso da comunidade escolar aos teatros, museus, cinemas e galerias.

Metas e setores culturais

As metas do plano municipal devem levar em conta as necessidades de cada área ou setor cultural. E também devem considerar as políticas públicas que já existem. Por isso, é importante conhecer os planos setoriais de cultura.

Há nove planos setoriais nacionais: Artes Visuais, Circo, Dança, Música, Teatro, Culturas Populares, Culturas Indígenas, Livro e Leitura, Museus. E mais dez estão sendo feitos.

Cada linguagem artística tem suas características e necessidades. Os planos setoriais de cultura foram criados para atender melhor a essas características e necessidades.

Plano setorial é o documento que orienta a política de uma área cultural. Podem existir planos setoriais nacionais, estaduais e municipais.

Os planos setoriais no Plano Nacional de Cultura

Na esfera nacional, todos os setores que compõem o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) devem elaborar seus planos setoriais. Uma das metas do Plano Nacional de Cultura é ter, até 2020, "100% dos setores representados no Conselho Nacional de Política Cultural com colegiados instalados e planos setoriais elaborados e implementados". Os planos setoriais nacionais orientam as macropolíticas para os setores da cultura.

Os planos setoriais são feitos da mesma forma que os municipais, mas em outro momento. É importante verificar se sua cidade precisa de um plano setorial, pois ele depende da capacidade de a sociedade se organizar setorialmente. Muitas vezes, as demandas setoriais podem ser incorporadas no próprio plano municipal.

O plano municipal de cultura pode ter uma meta parecida com a do Plano Nacional de Cultura. E, além disso, dizer quais serão as ações para que os planos setoriais sejam feitos.

Metas e conferências

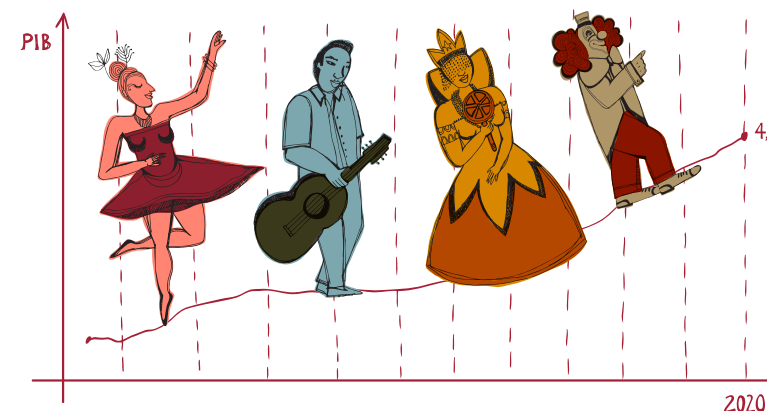
Na hora de escrever as metas do plano municipal, é importante dizer quando vão ser realizadas as conferências municipais de cultura. E também que ações serão feitas para que isso aconteça.

Conferências de cultura são reuniões entre a sociedade civil e o poder público (representantes dos governos federal, estadual ou municipal). São momentos para conhecer a realidade de cada área cultural, lançar propostas e avaliar o que já foi feito. Essas discussões dão os rumos das políticas públicas na área cultural. É, portanto, uma excelente oportunidade para aproximar todos os atores envolvidos, e também os diferentes níveis de decisão, pois as contribuições colhidas na conferência municipal de cultura podem ser levadas para as conferências nos âmbitos nacional e estadual.

As conferências municipais devem acontecer, preferencialmente, a cada dois anos.

Conferência estadual de cultura do Rio Grande do Sul realizada em 2011

O governo gaúcho realizou uma conferência estadual de cultura em 2011 para discutir aspectos associados à elaboração de seu plano estadual de cultura. Nela foram organizados os setores para a escolha de seus representantes no processo de elaboração do plano estadual de cultura.





**Redação final e
validação do plano**

Redação final e validação do plano

Nesse momento do trabalho, a maior parte dos detalhes do plano de cultura já foi decidida. As próximas etapas são:

- ▲ escrever a versão final do plano;
- ▲ fazer uma nova consulta pública;
- ▲ fazer os ajustes necessários e
- ▲ validar o plano no Conselho de Cultura.

Escrita

Mas como escrever o plano de cultura? Que formato ele deve seguir? Não há um jeito único e certo de fazer isso. Existem muitas formas de escrevê-lo. Uma boa

Como é a estrutura do Plano Nacional de Cultura (PNC)

O PNC é formado pelos seguintes elementos: princípios, objetivos, diretrizes, estratégias, metas e ações. Ao todo, são 12 princípios, 16 objetivos, 36 estratégias, 53 metas e 274 ações, que devem ser desenvolvidas pelos governos federal, estaduais e municipais, até 2020.

opção é conhecer planos que já foram feitos em outras cidades brasileiras. E, a partir daí, escolher o formato que o grupo considerar melhor.

Alguns planos usam as mesmas seções que apresentamos aqui: diagnóstico, diretrizes e prioridades, objetivos, estratégias, metas e ações. Outros têm um formato típico de projeto de lei, com divisão em capítulos. Há ainda os que misturam os dois formatos, criando capítulos que tratam de diretrizes, metas, ações.

O importante é não esquecer o seguinte:

- ▲ Plano Municipal de Cultura é um projeto de lei que o poder executivo (Prefeitura) submete ao poder legislativo (Câmara de Vereadores).
- ▲ Em paralelo ao projeto de lei, a Prefeitura precisa elaborar um cronograma contendo prazos, recursos, resultados e impactos esperados, como veremos na próxima sessão.

Consulta pública

Como já dissemos antes, o plano de cultura deve representar os interesses e as opiniões de toda a população. As pessoas que escrevem o plano são os funcionários da Prefeitura e os membros dos fóruns e das comissões do Conselho de Cultura. Mas as ideias são de toda a sociedade.

O maior número possível de pessoas deve participar da criação do plano de cultura. Uma das formas de garantir tal participação é fazer uma **consulta pública**.

As consultas públicas devem ser realizadas durante toda a elaboração do plano e não apenas no final. É nelas que aparecem sugestões que melhoram ainda mais o plano municipal.

O Ministério da Cultura disponibiliza uma plataforma de consulta pública que pode ser usada para ouvir a sociedade sobre qualquer assunto. É uma boa ferramenta para isso, pois ela pode ser customizada, ou seja, pode ser moldada para a necessidade de sua cidade.

O módulo, acessível pelos portais descritos abaixo, permite que o gestor público defina o que será consultado e o prazo para realização da consulta. Assim, cada cidadão faz um simples cadastro e passa a poder comentar e sugerir propostas:

- ▲ www.culturadigital.br/plataformascolaborativas/tema-para-consultas-publicas
- ▲ pnc.culturadigital.br

Validação do plano pelo Conselho Municipal de Cultura

Depois da consulta pública e dos ajustes finais no texto, o plano será finalmente aprovado pelo Conselho Municipal de Cultura. Esse momento de aprovação é chamado de "**validação**". Ou seja, é só a partir desse momento que o plano vira um documento oficial que descreve o planejamento de uma política pública. Dizemos que ele finalmente se tornou "**válido**".

Projeto de lei

Agora, o Plano Municipal de Cultura deve ser encaminhado à Câmara de Vereadores como projeto de lei. A Prefeitura é responsável por esse encaminhamento e por acompanhar a tramitação. Nesse momento, pode ser importante contar com a ajuda dos vereadores que participaram da elaboração do plano.

A Prefeitura é responsável também pela coordenação e pela criação, aprovação e implantação do plano. Mas é importante lembrar que o Plano Municipal de Cultura é uma parceira do poder público com a sociedade. A maior prova disso é que o Conselho Municipal de Cultura é formado por 50% de representantes da sociedade civil eleitos de forma democrática. Para os municípios que não têm conselho cultural, o fórum ou comitê formado também devem garantir a participação dos representantes da sociedade civil.

Quando o plano for votado e aprovado na Câmara de Vereadores, ele se torna lei. Então, os recursos financeiros, humanos e materiais do município poderão ser usados para colocá-lo em prática. A partir daí, o município começa de fato a participar de um sistema nacional e estadual de cultura.

A aprovação do Plano Municipal de Cultura será, portanto, uma conquista de todos. Nada mais justo do que comemorar essa grande vitória com uma bela festa. Porque essa será uma vitória da cultura, dos artistas, dos gestores e produtores, do poder público, dos mestres populares, dos artesãos, dos pesquisadores da cultura, dos empresários, dos educadores e de todo cidadão.



Como fazer e quando chegaremos lá?

Em paralelo ao envio do projeto de lei ao legislativo, a mesma equipe que elabora o plano precisa colocar no papel quais os prazos e recursos para fazer tudo isso. Ou seja, é a hora de fazer um cronograma. Ele ajuda a planejar as ações e, depois, a acompanhar e a avaliar o que foi feito.

Um cronograma precisa responder a todas essas perguntas:

- ▲ **Prazos:** Quando as ações vão acontecer?
- ▲ **Recurso financeiro necessário:** Quanto custa fazer essas ações?
- ▲ **Recursos humanos e materiais necessários:** Quem são as pessoas, instituições, órgãos responsáveis por fazer acontecer? Quais são os materiais necessários? Vamos precisar de que profissionais, materiais, equipamentos?
- ▲ **Recursos disponíveis:** Quais são os recursos financeiros, humanos e materiais que já existem ou que se pode tentar conseguir?

Prazos de execução

Toda ação deve ter um prazo para ser feita. Os prazos nos ajudam a planejar os passos necessários para que a ação aconteça. Eles nos ajudam também a colocar em prática as metas e as ações. Sem uma data ou período previsto, aumenta o risco de que elas não saiam do papel.

Recursos

Chamamos de recurso tudo o que for preciso para colocar as ações em prática. Podem ser pessoas, computadores, dinheiro, alimentos, passagens aéreas e muitas outras coisas. No cronograma, é preciso explicar com detalhes quais os recursos necessários para cada ação e que profissionais vão cuidar dessas ações. E também é preciso ser bem claro sobre as despesas para realizar cada ação.

- ▲ Dois pontos são fundamentais em relação às despesas: saber qual o valor a cada ano e como conseguir o recurso.
- ▲ Nessa fase do trabalho, é bom contar com uma assessoria especializada em orçamento.

Mecanismos e fontes de financiamento

É importante pensar em vários mecanismos e fontes de financiamento. A fonte é a origem do recurso, isto é, de onde sai o dinheiro (órgão, secretaria, ministério, empresa). Os mecanismos são as formas de movimentar esse recurso (aplicação direta, renúncia fiscal, fundo de investimento etc.).

O Plano Municipal de Cultura pode ter várias formas de financiamento. Uma forma possível é a aplicação direta (mecanismo) de recursos arrecadados pelo município (fonte). Outra forma de financiamento é negociar parcerias com a iniciativa privada.

Organizar, construir e participar de consórcios intermunicipais pode ser uma boa estratégia para tornar real determinada ação em uma região e conseguir recursos. Por exemplo, duas cidades vizinhas podem investir no fortalecimento de um sistema de transporte entre elas, para que as pessoas possam frequentar os equipamentos e ações culturais de cada cidade.

Outra estratégia para a execução do plano pode ser a busca de parceiros como os do Sistema S (Sesc, Sesi, Senai, Senac etc). Esses parceiros podem contribuir com ações que estão ao seu alcance, como na circulação de atividades culturais e na formação e na capacitação de pessoas.

Como orientação geral, a classificação das receitas é a mesma que se usa no orçamento público.

Como fazer um cronograma?

O cronograma deve ter todas essas informações: meta, ação, prazo, recursos necessários (inclusive valor em dinheiro) e recursos disponíveis. Um cronograma pode ser uma lista, uma tabela, um diagrama. O importante é que as informações estejam organizadas de forma clara.

O cronograma nos permite enxergar claramente as necessidades de um conjunto de ações: o tempo previsto, os responsáveis pela execução, o custo total e os recursos necessários. Com base nele, podemos analisar se todas as ações poderão ou não ser feitas. Ele nos ajuda a descobrir o que precisa ser repensado.

Como o cronograma é feito antes da aprovação final do plano municipal, ainda dá tempo de fazer mudanças.

Como antecipar os resultados e impactos esperados?

Mas o que vai acontecer depois que as metas estiverem cumpridas e as ações realizadas? Quais serão as consequências? O que poderá mudar a partir daí? Essa é a parte que se chama “resultados e impactos esperados”.

Os resultados são as consequências esperadas. Os impactos são os efeitos que se deseja produzir, transformando a realidade. Um plano de cultura deve esclarecer quais são os resultados e os impactos esperados das metas e ações propostas.

A seguir, apresentamos um quadro com duas metas, seus resultados e seus impactos esperados.

| META | RESULTADO(S) | IMPACTO(S) |
|--|---|--|
| Criar seis novos museus. | Aumento do número de pessoas acessando bens culturais. | Ampliação do repertório simbólico da população de determinado lugar, isso quer dizer que as pessoas podem tomar contato com obras e artistas que não conheciam e, com isso, experimentar o que chamamos de fruição. |
| “100% das escolas públicas de Educação Básica com a disciplina de Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural” (meta 12 do PNC). | Todos os alunos da Educação Básica pública terão aulas de Arte. | Mais jovens despertando vocações artísticas. Mais cidadãos acessando a diversidade cultural e ampliando a percepção crítica, estética e a tolerância com a diferença. Aumento na quantidade de público fruidor e consumidor de arte e cultura. |



Como gerir os avanços?

Como gerir os avanços?

Depois que o plano de cultura ficar pronto, começa uma etapa ainda mais importante: colocá-lo em prática. Essa nova fase tem de ser acompanhada de perto. É preciso ter claro quem são os responsáveis, saber de cada avanço, cada atraso, cada proposta que não deu certo e por qual motivo.

É só assim que dá para avaliar a situação, fazer mudanças a tempo, superar dificuldades e alcançar as metas. Esse acompanhamento se chama **gestão**.

E como se faz a gestão do plano? Um dos elementos fundamentais é o monitoramento. Isto é, para cada meta e ação, escolhe-se um detalhe (indicador) que vai ser acompanhado (monitorado) dia após dia. É necessário definir também de onde virá a informação sobre o indicador, isto é, qual vai ser a fonte de aferição. Portanto, o indicador é o detalhe/dado/informação/resultado que será medido. Monitorar significa medir sempre, continuamente.

▲ O “indicador” pode ser o número de bibliotecas, a quantidade de pessoas que vão a eventos culturais, o dinheiro investido na cultura a cada mês, a quantidade de eventos. Tudo depende da meta e do prazo.

Tem meta que vai ser medida dia a dia, tem meta que só tem como ser medida ano a ano. O importante é acompanhar e divulgar as informações sobre o que foi alcançado.

▲ Como “fonte de aferição”, em alguns casos, podem ser usadas medições que já existem. Em outros, o plano tem de prever como a medição será feita. Veja como isso pode ser feito na página ao lado.

Exemplo de medição que já existe: quantos filmes brasileiros são lançados por ano nos cinemas

A meta 21 do Plano Nacional de Cultura antecipa que, até 2020, serão lançados 150 filmes brasileiros de longa-metragem por ano.

▲ O **indicador dessa meta** é a quantidade de filmes brasileiros de longa-metragem com produção ou coprodução brasileira lançados no circuito comercial de cinema.

▲ A **fonte de aferição** desse indicador são os dados do Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA) e da Agência Nacional de Cinema (Ancine).

▲ A **situação atual** pode ser conhecida pela mesma fonte de aferição. O Observatório indica que até 30 de setembro de 2013 foram lançados, no circuito comercial de cinema, 81 filmes brasileiros de longa-metragem com produção ou coprodução brasileira.

Porque monitorar?

Medindo, podemos saber se as metas do plano estão sendo alcançadas. E também podemos saber em que ponto do trabalho nós estamos: no início, no meio ou no fim do processo. Assim fica claro se as coisas estão indo bem ou se existem problemas a resolver.

Monitorar é fundamental para saber como o plano está sendo elaborado e/ou executado e tomar decisões. Na hora de realizar as ações do plano, é normal que surjam algumas dificuldades, atrasos, problemas. Se eles forem percebidos a tempo, é possível tomar atitudes para resolvê-los. Se não forem percebidos, nada será feito e a meta não será alcançada dentro do prazo ou, pior ainda, pode não ser atingida!

▲ A experiência mostra que muitos bons projetos não deram certo por falta de monitoramento.

▲ Planejar é importante, mas não é suficiente para garantir o sucesso de um plano.

Avaliação durante e depois

O monitoramento também é importante porque ele permite avaliar o plano de cultura. Avaliar é analisar o modo como o plano está sendo realizado e os resultados e impactos que ele gerou. Existem **dois tipos de avaliação**: a do momento presente

Quem avalia o Plano Nacional de Cultura (PNC)

A avaliação do PNC deve envolver especialistas, técnicos e agentes culturais, institutos de pesquisa, universidades, instituições culturais, organizações, redes socioculturais e o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).

e a que será feita no futuro.

A avaliação do momento presente é a que acontece enquanto o plano está sendo colocado em prática. O monitoramento traz informações para os gestores sobre como o plano está sendo feito e quais os resultados. Essas informações são avaliadas e orientam as decisões, mudanças e ajustes.

A avaliação acontece também depois que as ações já foram feitas, para analisar o trabalho de forma mais ampla. Será que as metas e as ações escolhidas foram capazes de atingir os resultados e os impactos esperados? Essa resposta só pode ser dada depois que o plano for colocado em prática, monitorado e avaliado.

Como fazer o monitoramento do plano?

Para monitorar/acompanhar um plano, é preciso decidir algumas coisas:

- ▲ como registrar a informação;
- ▲ como compartilhar e
- ▲ como avaliar.

Há duas maneiras de acompanhar um plano: o processo e o resultado.

▲ **Processo**: no monitoramento do processo o objetivo é saber como as ações estão sendo feitas. O que importa é o “modo”, a execução. Saber se tudo está sendo feito da forma planejada. Uma forma de fazer isso é criar planos de ação. Nesses planos são descritas as atividades para realizar uma meta ou ação.

Os planos de ação orientam o trabalho, dizendo o que será feito em cada etapa,

como, quando, por quem, com que recursos. Dessa forma, o passo a passo fica claro para os gestores do plano e todas as pessoas envolvidas. Assim é mais fácil verificar o que já foi feito ou deveria ter sido feito e também se o orçamento foi aplicado conforme o programado.

▲ **Resultado**: o monitoramento de resultado quer saber em que medida os resultados foram alcançados. E também quais foram os efeitos/impactos causados por esses resultados. Para cada meta devem ser definidos um ou mais indicadores que serão medidos constantemente.

É preciso definir então três pontos: o indicador, a fonte de aferição e como compartilhar essa informação. Afinal, o importante é que os gestores do plano saibam o que está acontecendo o mais rapidamente possível.

- ▲ Qual será o indicador (detalhe, dado, informação) para cada meta?
- ▲ Como esse indicador será medido, ou seja, qual será a fonte de aferição?
- ▲ Com que frequência o indicador será medido?
- ▲ Quem será responsável por essa medição?
- ▲ Como a informação será compartilhada, isto é, como todos os interessados poderão ficar sabendo como as coisas estão indo?
- ▲ Com que frequência essa informação será atualizada?
- ▲ Quem será responsável por essa atualização?



Veja na internet o resultado do monitoramento das 53 metas do Plano Nacional de Cultura (PNC)

O Ministério da Cultura criou uma página na internet que comunica o resultado do monitoramento das 53 metas do PNC. Ali estão informações atualizadas sobre a execução das metas e o que está sendo feito para que sejam alcançadas.

Você pode personalizar a forma de consulta das metas e definir quais delas deseja acompanhar e sobre quais deseja receber atualizações por e-mail. **Para saber mais** sobre a plataforma, basta acessar o portal pnc.culturadigital.br.

Com a mão na massa

Agora que o plano de cultura já é lei, é preciso colocar em prática tudo o que foi planejado. Para começar, é possível nomear as pessoas que vão cuidar de cada meta, de cada ação e organizar o monitoramento de todo o trabalho. Podem ser criados planos de ação e outras formas internas para acompanhar as ações.

O plano será um guia, lembrando o que deve ser feito, como, onde, quando. Como é um planejamento para dez anos, vão aparecer pessoas novas, que não participaram da criação do plano. Nesses casos, ele será importante também para apresentar as ideias, os princípios e os compromissos que orientam as metas e as ações.



Compromissos

Agora o município participa de algo maior: o Sistema Nacional de Cultura. É bom lembrar-se de todos os compromissos assumidos quando foi assinado o Acordo de Cooperação Federativa, entre o município e o Ministério da Cultura.

É preciso que cada um faça a sua parte – o Governo Federal, os estados e os municípios – para que o SNC funcione de verdade. Vamos lembrar alguns desses compromissos.

Conferências

▲ **Compromisso:** realizar as conferências municipais de cultura, previamente às conferências estaduais e nacionais, seguindo o calendário estabelecido pelo Ministério da Cultura.

Sem conferências, conselhos, comissões e fóruns não há gestão compartilhada, descentralizada e participativa. As conferências são fundamentais para a participação das pessoas da área cultural, da população em geral e para aproximá-las do poder público.

Essa aproximação ajuda a conhecer as necessidades da área cultural e a fazer revisões nos planos de cultura ao longo do tempo. Afinal, são dez anos. O mundo muda, as pessoas mudam, a cultura muda. Além disso, essa aproximação ajuda a dar transparência no uso dos recursos.

É preciso então definir um grupo de trabalho que vai marcar as datas das conferências e começar a organizar os eventos.

Planos setoriais

▲ **Compromisso:** implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura.

Agora é o momento de pensar na criação dos planos setoriais de cultura. Cada plano vai reunir informações, necessidades e propostas para uma determinada área cultural: teatro, dança, artes plásticas, cultura afro-brasileira, artesanato,

circo, entre outras. Por isso, um plano setorial deve ser feito em parceria com as pessoas mais representativas de cada setor cultural.

É preciso definir equipes de trabalho, datas para as reuniões, organizar as consultas públicas. E também pensar em todas as outras etapas que aconteceram na criação dos planos municipais de cultura.

Nem todo município precisa ter um ou mais planos setoriais, isso vai depender do nível de organização dos segmentos culturais na cidade. O Conselho de Política Cultural deve avaliar o contexto antes de criar um sistema setorial.

Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC)

▲ **Compromisso:** compartilhar informações por meio do SNIIC, que pode ser acessado no portal do Ministério da Cultura.

O SNIIC não é importante apenas para o Governo Federal e para o Ministério da Cultura. O sistema ajuda nosso país a conhecer sua própria cultura. Estarão reunidas, em um só lugar, informações culturais sobre todos os estados e municípios do Brasil.

O SNIIC será a maior fonte de informações sobre a cultura brasileira. Mas, para que isso aconteça, é preciso que a sociedade e o poder público coloquem lá tudo o que está sendo feito na área cultural.

Como fonte de informações, o SNIIC pode ser visto como sistema de monitoramento do plano municipal. Ou seja, em vez de criar um sistema próprio para monitorar a implantação do plano, o município pode usar os dados do SNIIC. Ele será suficiente para que os responsáveis acompanhem o que está sendo feito e tomem suas decisões.

Fundo Municipal de Cultura

▲ **Compromisso:** criar e implantar, manter ou reestruturar o Sistema Municipal de Financiamento à Cultura (SMFC), em especial o Fundo Municipal de Cultura, garantindo recursos para o seu funcionamento.

O poder público deve participar do financiamento à cultura e, assim que possível, aumentar os recursos para isso. O financiamento acontece com recursos do Fundo Municipal de Cultura. Por isso, se o município ainda não tem um Fundo de Cultura, deve criar o seu imediatamente, apresentando um projeto de lei. Os recursos desse fundo vão financiar iniciativas culturais do poder público e também de pessoas da área cultural e da população em geral.

É preciso prever de onde virá o dinheiro e quais as regras para utilização dos recursos do fundo. Essas regras devem ser as mais democráticas possíveis, com editais, seleções públicas e comissões julgadoras com a participação da sociedade civil. É fundamental que os recursos desse fundo estejam acessíveis a todos.



Lista das metas do Plano Nacional de Cultura

Meta 1) Sistema Nacional de Cultura institucionalizado e implementado, com 100% das Unidades da Federação (UF) e 60% dos municípios com sistemas de cultura institucionalizados e implementados

Meta 2) 100% das Unidades da Federação (UF) e 60% dos municípios atualizando o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC)

Meta 3) Cartografia da diversidade das expressões culturais em todo o território brasileiro realizada

Meta 4) Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada

Meta 5) Sistema Nacional de Patrimônio Cultural implantado, com 100% das Unidades da Federação (UF) e 60% dos municípios com legislação e política de patrimônio aprovadas

Meta 6) 50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

Meta 7) 100% dos segmentos culturais com cadeias produtivas da economia criativa mapeadas

Meta 8) 110 territórios criativos reconhecidos

Meta 9) 300 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local

Meta 10) Aumento em 15% do impacto dos aspectos culturais na média nacional de competitividade dos destinos turísticos brasileiros

Meta 11) Aumento em 95% no emprego formal do setor cultural

Meta 12) 100% das escolas públicas de educação básica com a disciplina de Arte no currículo escolar regular com ênfase em cultura brasileira, linguagens artísticas e patrimônio cultural

Meta 13) 20 mil professores de Arte de escolas públicas com formação continuada

Meta 14) 100 mil escolas públicas de Educação Básica desenvolvendo permanentemente atividades de Arte e Cultura

Meta 15) Aumento em 150% de cursos técnicos, habilitados pelo Ministério da Educação (MEC), no campo da Arte e Cultura com proporcional aumento de vagas

Meta 16) Aumento em 200% de vagas de graduação e pós-graduação nas áreas do conhecimento relacionadas às linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura, com aumento proporcional do número de bolsas

Meta 17) 20 mil trabalhadores da cultura com saberes reconhecidos e certificados pelo Ministério da Educação (MEC)

Meta 18) Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura

Meta 19) Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento

Meta 20) Média de quatro livros lidos fora do aprendizado formal por ano, por cada brasileiro

Meta 21) 150 filmes brasileiros de longa-metragem lançados ao ano em salas de cinema

Meta 22) Aumento em 30% no número de municípios brasileiros com grupos em atividade nas áreas de teatro, dança, circo, música, artes visuais, literatura e artesanato

Meta 23) 15 mil Pontos de Cultura em funcionamento, compartilhados entre o Governo Federal, as Unidades da Federação (UF) e os municípios integrantes do Sistema Nacional de Cultura (SNC)

Meta 24) 60% dos municípios de cada macrorregião do país com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais

Meta 25) Aumento em 70% nas atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e internacional

Meta 26) 12 milhões de trabalhadores beneficiados pelo Programa de Cultura do Trabalhador (Vale-Cultura)

Meta 27) 27% de participação dos filmes brasileiros na quantidade de bilhetes vendidos nas salas de cinema

Meta 28) Aumento em 60% no número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música

Meta 29) 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência

Meta 30) 37% dos municípios brasileiros com cineclube

Meta 31) Municípios brasileiros com algum tipo de instituição ou equipamento cultural, entre museu, teatro ou sala de espetáculo, arquivo público ou centro de documentação, cinema e centro cultural

Meta 32) 100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento

Meta 33) 1.000 espaços culturais integrados a esporte e lazer em funcionamento

Meta 34) 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados

Meta 35) Gestores capacitados em 100% das instituições e equipamentos culturais apoiados pelo Ministério da Cultura

Meta 36) Gestores de cultura e conselheiros capacitados em cursos promovidos ou certificados pelo Ministério da Cultura em 100% das Unidades da Federação (UF) e 30% dos municípios, dentre os quais, 100% dos que possuem mais de 100 mil habitantes

Meta 37) 100% das Unidades da Federação (UF) e 20% dos municípios, sendo 100% das capitais e 100% dos municípios com mais de 500 mil habitantes, com secretarias de cultura exclusivas instaladas

Meta 38) Instituição pública federal de promoção e regulação de direitos autorais implantada

Meta 39) Sistema unificado de registro público de obras intelectuais protegidas pelo direito de autor implantado

Meta 40) Disponibilização na internet de conteúdos, que estejam em domínio público ou licenciados

Meta 41) 100% de bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no SNIIC

Meta 42) Política para acesso a equipamentos tecnológicos sem similares nacionais formulada

Meta 43) 100% das Unidades da Federação (UF) com um núcleo de produção digital audiovisual e um núcleo de arte tecnológica e inovação

Meta 44) Participação da produção audiovisual independente brasileira na programação dos canais de televisão, na seguinte proporção: 25% nos canais da TV aberta; 20% nos canais da TV por assinatura

Meta 45) 450 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de Comunicação para a Cultura

Meta 46) 100% dos setores representados no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com colegiados instalados e planos setoriais elaborados e implementados

Meta 47) 100% dos planos setoriais com representação no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com diretrizes, ações e metas voltadas para infância e juventude

Meta 48) Plataforma de governança colaborativa implementada como instrumento de participação social com 100 mil usuários cadastrados, observada a distribuição da população nas macrorregiões do país

Meta 49) Conferências Nacionais de Cultura realizadas em 2013 e 2017, com ampla participação social e envolvimento de 100% das Unidades da Federação (UF) e 100% dos municípios que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura (SNC)

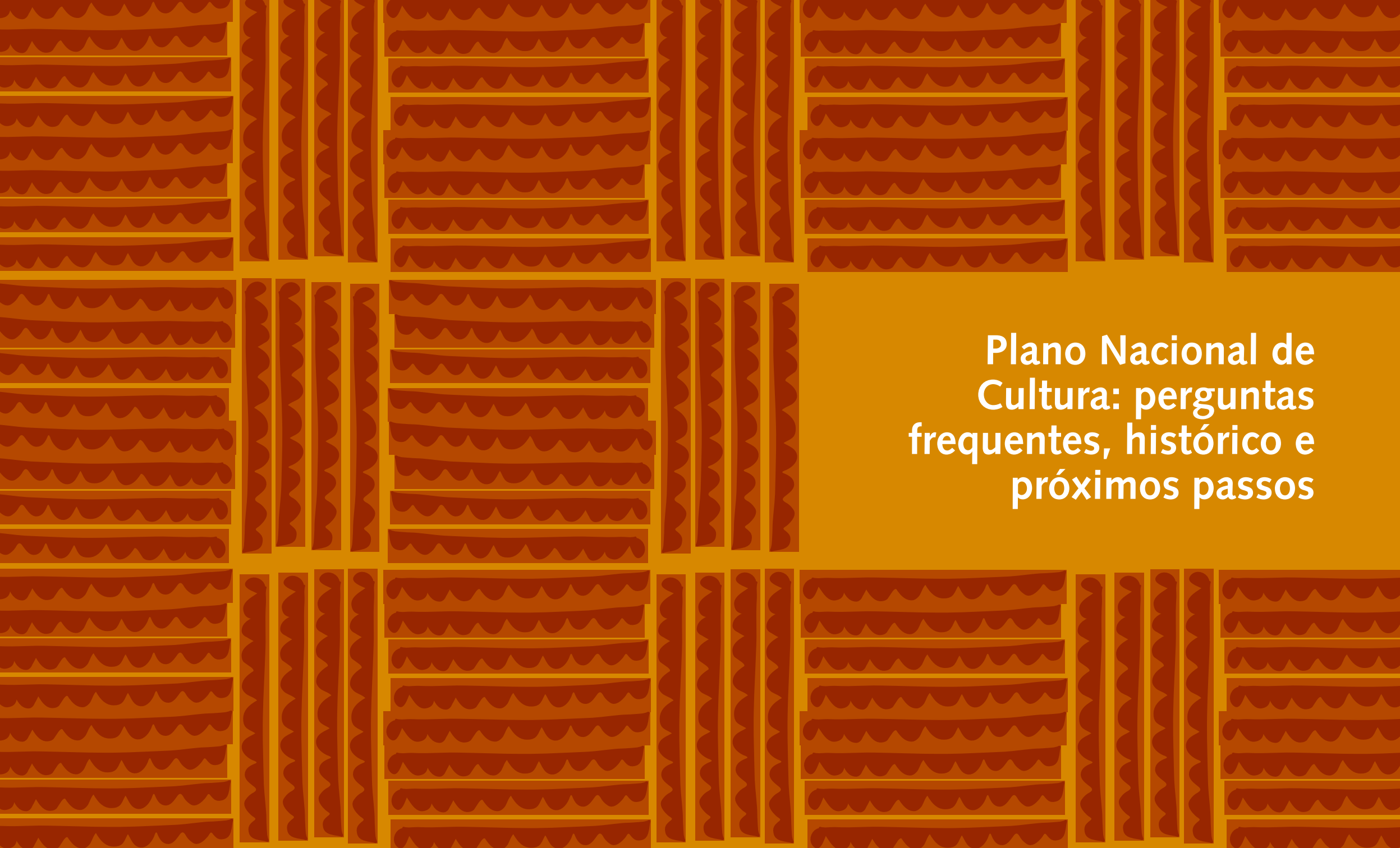
Meta 50) 10% do Fundo Social do Pré-Sal para a cultura

Meta 51) Aumento de 37% acima do PIB, dos recursos públicos federais para a cultura

Meta 52) Aumento de 18,5% acima do PIB da renúncia fiscal do Governo Federal para incentivo à cultura

Meta 53) 4,5% de participação do setor cultural brasileiro no PIB





**Plano Nacional de
Cultura: perguntas
frequentes, histórico e
próximos passos**

Perguntas frequentes sobre o Plano Nacional de Cultura

1. O que é o Plano Nacional de Cultura (PNC)?

É um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas que devem orientar o poder público na formulação de políticas culturais. Previsto no artigo 215 da Constituição Federal, o PNC foi criado pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Seu objetivo é orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil.

2. Como o Plano Nacional de Cultura (PNC) foi elaborado?

Foi elaborado após a realização de fóruns, seminários e consultas públicas com a sociedade civil e, a partir de 2005, sob a supervisão do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Um marco importante nesse processo foi a 1ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2005, depois de conferências municipais e estaduais.

O CNPC é um órgão colegiado que faz parte do Ministério da Cultura (MinC) e foi estruturado a partir do Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005. Ele foi criado para colaborar na formulação de políticas públicas e promover a articulação e o debate entre a sociedade civil e os governos municipais, estaduais e federal.



3. Qual o prazo de vigência do Plano Nacional de Cultura (PNC)?

O PNC tem duração de dez anos, ou seja, ele é válido até 2 de dezembro de 2020.

4. Quais os eixos norteadores do Plano Nacional de Cultura (PNC)?

O PNC baseia-se em três dimensões de cultura que se complementam:

- ▲ a cultura como expressão simbólica;
- ▲ a cultura como direito de cidadania e
- ▲ a cultura como potencial para o desenvolvimento econômico.

Além dessas dimensões, também se ressalta no PNC a necessidade de fortalecer os processos de gestão e participação social. Esses tópicos estão presentes nos seguintes capítulos do Plano:

- (i) Do Estado,
- (ii) Da Diversidade,
- (iii) Do Acesso,
- (iv) Do Desenvolvimento Sustentável, e
- (v) Da Participação Social.

Além disso, o PNC é composto de 36 estratégias, 274 ações e 53 metas.

5. Quem é responsável pela execução do Plano Nacional de Cultura (PNC)?

O Ministério da Cultura (MinC) é o coordenador executivo do PNC e por isso é responsável pelo monitoramento das ações necessárias para sua realização. A aprovação do PNC em forma de lei situa a cultura na agenda de cidades, de estados, de outros organismos do Governo Federal e da sociedade. Por isso, sua execução depende da cooperação de todos, e não apenas do Governo Federal, para que seja possível realizar as ações e alcançar as metas.

6. Como o Plano Nacional de Cultura (PNC) será realizado?

O Ministério da Cultura (MinC) estabeleceu 53 metas, e a lei que estabelece o PNC prevê a criação de um comitê executivo para acompanhar a revisão de suas diretrizes, estratégias e ações. Esse comitê deverá ser composto de representantes:

- ▲ do poder Legislativo;
- ▲ dos estados e das cidades que aderirem ao Sistema Nacional de Cultura (SNC);
- ▲ do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC) e
- ▲ do Ministério da Cultura (MinC).

O Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) também terá papel fundamental na realização do PNC, pois reunirá dados sobre as políticas culturais. Para que seja posto em prática, o PNC depende da adesão dos estados e dos municípios, o que será feito por meio do SNC. Os estados e os municípios que aderirem ao SNC deverão elaborar planos de cultura e poderão contribuir para que se alcancem as metas do PNC. É esse o objetivo principal desta publicação: auxiliar na construção de um plano municipal de cultura.

7. Como o Plano Nacional de Cultura (PNC) será monitorado e avaliado?

O Ministério da Cultura (MinC) é responsável por monitorar e avaliar as metas do PNC. E deverá conferir periodicamente se o PNC está sendo cumprido de forma eficaz e de acordo com suas diretrizes.

O Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) também será responsável por esse monitoramento. Serão usados indicadores nacionais, regionais e locais que mostrem a oferta e a demanda por bens, serviços e conteúdos, além de indicadores de nível de trabalho, renda, acesso à cultura, institucionalização, gestão cultural, desenvolvimento econômico-cultural e de implantação sustentável de equipamentos culturais. Por isso, o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), gerenciado pelo MinC, é fundamental nesse processo. Plataforma disponível na internet, o SNIIC possibilitará a produção de estatísticas, indicadores e outros dados sobre as atividades da cultura com o objetivo de auxiliar no monitoramento e na avaliação do PNC.

8. Como será a revisão do Plano Nacional de Cultura (PNC)?

De acordo com a Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, o PNC deverá ser revisado periodicamente para que suas diretrizes e metas possam ser aperfeiçoadas. A primeira revisão será realizada após 2 de dezembro de 2014 e será conduzida pelo Comitê Executivo do Plano.

9. Como meu município ou meu estado pode aderir ao Plano Nacional de Cultura (PNC)?

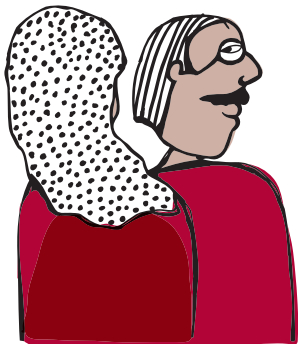
O Sistema Nacional de Cultura (SNC) será a ponte entre o PNC, os estados, os municípios e o Governo Federal. O SNC estabelece mecanismos de gestão compartilhada entre estados, municípios, Governo Federal e a sociedade civil para a construção de políticas públicas de cultura.

A adesão ao SNC é voluntária e poderá ser realizada por meio de um Acordo de Cooperação Federativa. Ao aderir ao SNC, o estado ou o município deve elaborar um plano de cultura: documento que reúne diretrizes, estratégias e metas para as políticas de cultura naquele território por um período de dez anos. Assim, pode receber recursos federais para o setor cultural e assistência técnica para a elaboração de planos, bem como ser incluído no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

Se seu estado ou seu município ainda não aderiu ao PNC, é preciso entrar em contato com o responsável pela cultura na Prefeitura ou no governo do estado. O órgão do Ministério da Cultura (MinC) responsável pela adesão é a Secretaria de Articulação Institucional (SAI).



Plano Nacional de Cultura: principais momentos de uma construção democrática



- ▲ Apresentação do Projeto de Lei do PNC ao Congresso.
- ▲ Elaboração de diretrizes gerais.
- ▲ Realização de pesquisas no campo da cultura (IBGE e IPEA).
- ▲ Criação do Conselho Nacional de Política Cultural.
- ▲ Realização de seminários em todos os estados e fórum virtual.

2003 a 2005
Articulação política
e participação social

- ▲ Realização do conjunto de seminários “Cultura para Todos” em todo o país.
- ▲ Criação da Agenda 21 da Cultura para as cidades.
- ▲ Instalação e trabalho das Câmaras Setoriais.
- ▲ Realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura precedida por conferências regionais, estaduais e municipais.
- ▲ Aprovação da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.
- ▲ Aprovação da emenda constitucional que insere o PNC no art. 215.

2006 a 2008
Informações, diretrizes
gerais e debate público

- ▲ Realização da 2ª Conferência Nacional de Cultura.
- ▲ Análise do Projeto de Lei na Comissão de Educação e Cultura e na Comissão de Constituição e Justiça do Congresso.
- ▲ Aprovação da Lei do PNC (Lei nº 12.343/2010).

2009 a 2010
Aprovação no
Congresso

- ▲ Formulação das metas do PNC.
- ▲ Elaboração de planos de ação para as metas.
- ▲ Desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).
- ▲ Início do monitoramento das metas.

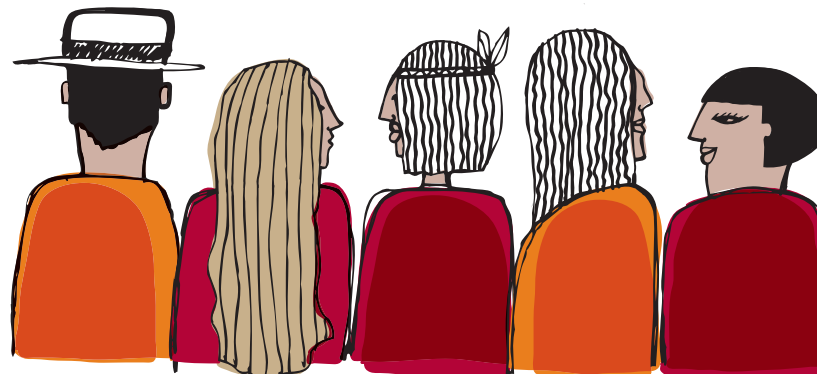
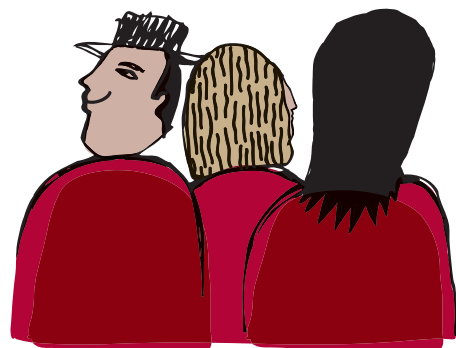
2011 a 2012
Metas, monitoramento
e SNIIC

- ▲ Acompanhamento dos planos municipais e estaduais de cultura.
- ▲ Adequação e elaboração de planos setoriais de cultura.
- ▲ Monitoramento das metas do PNC.
- ▲ Realização da 3ª Conferência Nacional de Cultura.
- ▲ Revisão do PNC.

2013 a 2014
Planos territoriais,
setoriais e revisão do PNC

- ▲ Finalização do processo de revisão do PNC e publicação das alterações.
- ▲ Elaboração dos Planos Plurianuais (PPA) com base nas metas do PNC revisado.
- ▲ Monitoramento das metas do PNC.
- ▲ Realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura.
- ▲ Elaboração de novo PNC.

2014 a 2020
Monitoramento
e novo PNC



O Plano Nacional de Cultura: histórico e próximos passos

No Brasil, o conceito de cidadania cultural ganhou destaque com a Constituição de 1988. A cultura conquistou naquele momento um patamar de relevância política sem precedentes: foi reconhecida a importância do pleno exercício dos direitos culturais e a necessidade de garantir o acesso às fontes da cultura nacional.

Assim, reafirmou-se a responsabilidade do Estado em adotar políticas públicas de valorização, proteção e desenvolvimento do patrimônio cultural brasileiro. Em diálogo permanente com a sociedade, o Estado passou a ter o dever de formular diretrizes para a cultura e planejar, adotar, financiar, regular, acompanhar e avaliar ações e programas culturais.

Em 2005, foi acrescentado o parágrafo 3º no artigo 125 da Constituição Federal, que determinou a criação do Plano Nacional de Cultura (PNC).

A seguir, é descrito o histórico da criação do PNC até os dias atuais, além de indicar o que é necessário para que as metas propostas pelo plano sejam cumpridas até 2020. Instrumento inovador na gestão pública da cultura, o PNC está em consonância com a gestão da atual presidenta da República, Dilma Rousseff, comprometida com o planejamento rigoroso e o cumprimento de metas para as políticas públicas.

De 2003 a 2005 – Articulação política e participação social

Em 2003, o Ministério da Cultura realizou diversos diálogos com a sociedade, como o “Seminário Nacional Cultura para Todos”. O seminário foi o primeiro passo para envolver os cidadãos na avaliação e no planejamento das políticas culturais. Nesse processo, também tiveram destaque as Câmaras Setoriais. Esses órgãos consultivos, vinculados ao Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), são um canal organizado para o diálogo, a elaboração e a pactuação entre os segmentos das artes e o Ministério da Cultura.

Por meio desses órgãos, os representantes de grupos artísticos, instituições e empreendimentos culturais puderam contribuir para diagnosticar demandas e prioridades no campo cultural. Em 2004 foi aprovada em Barcelona, na Espanha, a Agenda 21 da Cultura, documento que lançou as bases de um compromisso mundial das cidades e dos governos locais para contribuir com o desenvolvimento cultural e que inspirou as políticas do Ministério da Cultura.

Esse momento de participação social e articulação política possibilitou que, em 10 de agosto de 2005, fosse aprovada a Emenda Constitucional nº 48, que determinou a realização do Plano Nacional de Cultura. A mudança no texto da Constituição foi fundamental para a construção democrática do PNC. Assim, o artigo que trata dos direitos culturais passou a ter a seguinte redação:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

[...]

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do país e à integração das ações do poder público que conduzem à:

- I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II – produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III – formação de pessoal qualificado para gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV – democratização do acesso aos bens de cultura e
- V – valorização da diversidade étnica e regional.

No mesmo ano, dois fatos contribuíram para as diretrizes que guiarão o PNC: no Brasil, a 1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC) e, no plano internacional, a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, proposta pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

A CNC ocorreu após mais de 400 encontros municipais, intermunicipais, estaduais e setoriais. Sua realização mobilizou cerca de 60 mil pessoas e suas resoluções forneceram as bases para o Projeto de Lei do PNC. Por sua vez, as diretrizes da Convenção da Diversidade da Unesco, adotadas pelo Brasil em 2006, representaram um marco jurídico internacional para as políticas culturais, que foram incorporadas ao PNC.

De 2006 a 2008 – Informações, diretrizes gerais e debate público

As resoluções da Conferência Nacional de Cultura (CNC) foram o ponto de partida para a elaboração das diretrizes do Plano Nacional de Cultura (PNC). Dados e diagnósticos de diversas fontes também contribuíram para a elaboração das diretrizes do PNC.

São exemplos o Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e os estudos sobre economia da cultura e políticas culturais, publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).



Também foram úteis os documentos resultantes de encontros sobre cultura ocorridos entre 2006 e 2007, como o 2º Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares, o Seminário Nacional dos Direitos Autorais, o 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, e o Seminário Internacional sobre Diversidade Cultural.

Esse conjunto de informações forneceu subsídios para a redação do Projeto de Lei do Plano Nacional de Cultura, que foi encaminhado ao Congresso Nacional em 2006. O projeto foi apresentado com conceitos, valores, desafios, estratégias e diretrizes debatidos nesses eventos e respaldados por pesquisas e estudos.

O debate público sobre o PNC foi estimulado graças à publicação e à distribuição de um documento impresso e à existência de uma versão disponível na internet, fatores que contribuíram para a sua divulgação. Para ampliar ainda mais a participação da sociedade civil e envolver os governos de estados e cidades, o Ministério da Cultura e a Câmara dos Deputados estabeleceram um calendário de audiências públicas.

Na mesma época (2005) foi criado o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), órgão do Ministério da Cultura que surgiu para propor políticas públicas na área da cultura e para estimular atividades culturais no país, por meio do diálogo e do debate entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil. O CNPC acompanhou todo o processo de formulação e aprovação do PNC.

Em 2008, com a proposta do PNC em desenvolvimento, foram realizados seminários regionais pelo país e debates pela internet, que contaram com uma participação intensa do CNPC. Essas contribuições foram sistematizadas e incluídas no texto do PNC.

2009 a 2010 – Aprovação no Congresso

Antes de o Plano Nacional de Cultura ser aprovado no Congresso, ele foi debatido em mais uma conferência. A 2ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), realizada em março de 2010, aprovou os principais conceitos e conteúdos do PNC, além de destacar entre suas propostas prioritárias, a necessidade de um marco regulatório.

A CNC significou um avanço e um amadurecimento das políticas públicas e da participação social no setor cultural. Além de envolver mais de 3 200 municípios e

225 mil pessoas em debates sobre as prioridades para a cultura, o encontro consolidou um novo espaço de diálogo entre os diferentes setores, pois foram realizadas pré-conferências exclusivas para representantes das linguagens artísticas e dos grupos culturais.

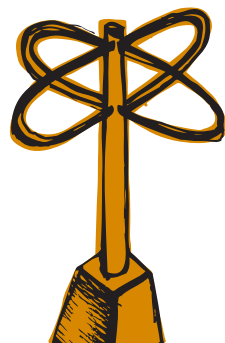
O Projeto de Lei do Plano Nacional de Cultura foi analisado em duas comissões do Congresso: Comissão de Educação e Cultura e Comissão de Constituição e Justiça. Após o debate no Legislativo, o PNC foi aprovado em dezembro de 2010. Com essa aprovação, a cultura passou a assumir um importante papel na consolidação da democracia brasileira.

2011 a 2012 – Metas, monitoramento e SNIIC

A Lei do Plano Nacional de Cultura estabeleceu a necessidade da elaboração de metas para alcançar seus objetivos. Por meio delas é possível definir uma visão mais concreta para o Plano Nacional de Cultura e o cenário desejado para a cultura em 2020. Para isso, devem levar em conta a capacidade de execução de políticas públicas dos governos federal, estaduais, distrital e municipais, assim como a participação da sociedade civil organizada.



BILHETERIA



Coube ao Ministério da Cultura (MinC) o desafio de elaborar as metas do PNC. Em setembro de 2011, uma primeira versão foi submetida à consulta pública na internet com cerca de 9 mil visitas ao site (pnc.culturadigital.br). Durante esse período, o MinC realizou seminários e audiências em todo o país. Além disso, promoveu reuniões com os colegiados setoriais do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), nas quais os participantes puderam debater e avaliar as metas propostas. Ao final, foram encaminhadas mais de seiscentas contribuições às metas.

Após o debate público, o MinC realizou uma oficina para aperfeiçoar, definir e pactuar as metas, reunindo todos os representantes do CNPC, dos colegiados setoriais, do próprio MinC e de outros ministérios. O encontro resultou em recomendações que serviram de base para a versão final – discutida e aprovada pelo CNPC – que reúne as 53 metas apresentadas nesta publicação.

Atualmente, estão sendo elaborados planos de ação para que seja possível cumprir cada meta até 2020. Os planos de ação definirão quais ações estão sob responsabilidade do MinC e quando serão realizadas. O MinC também está desenvolvendo um banco de dados para mapear as atividades e expressões culturais brasileiras, além de outras informações sobre o campo da cultura. Esse banco possibilitará o acompanhamento e a avaliação do PNC e estará disponível no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

O SNIIC é uma plataforma digital que contará com o envolvimento de toda a sociedade e permitirá o monitoramento das metas de forma transparente, pois integrará estatísticas, indicadores e informações do MinC, bem como de museus, bibliotecas e outros equipamentos culturais. No entanto, a maior fonte de dados do SNIIC serão os próprios usuários, ou seja, pessoas e instituições ligadas à cultura, que formam uma ampla rede de informações e participação social.

Situação atual (2013-2014) – Planos territoriais, setoriais e revisão do PNC

Para o sucesso do Plano Nacional de Cultura (PNC) é fundamental o envolvimento de todos. A partir de 2013, o desenvolvimento do PNC deverá estar plena-

mente integrado ao Sistema Nacional de Cultura (SNC). É um modelo de gestão compartilhada que envolve o Governo Federal, os estados, os municípios, o Distrito Federal e a sociedade civil na construção das políticas públicas de cultura.

Os estados e os municípios que aderirem ao SNC deverão formular seus próprios planos. Desse modo, serão fortalecidos os órgãos de gestão, os sistemas de financiamento e os conselhos, assim como as conferências abertas à participação social.

Representantes de setores da cultura também deverão elaborar seus planos e contribuir para identificar as prioridades de cada setor. Dando continuidade ao processo iniciado pelas Câmaras Setoriais em 2003, o Ministério da Cultura (MinC) apoiará tais setores no desenvolvimento de seus planos.

Em 2010, foram elaborados os planos de artes visuais, circo, dança, teatro, música, culturas indígenas, culturas populares e museus, que se juntaram ao já existente Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL).

Enquanto os planos territoriais (de estados e de municípios) e setoriais (de diversos setores culturais) estiverem sendo elaborados, será iniciado o monitoramento do PNC. As primeiras informações obtidas com o monitoramento fornecerão as bases para que o plano seja revisado e aperfeiçoado.

Em 2013 será realizada a 3ª Conferência Nacional de Cultura, que deverá se debruçar sobre o monitoramento do PNC e subsidiar a sua revisão, que ocorrerá em 2014.

Cenário para 2015-2020

As alterações propostas na revisão do Plano Nacional de Cultura (PNC) em 2014 serão publicadas e deverão influenciar a elaboração dos planos plurianuais. Ao mesmo tempo, com o monitoramento do PNC será possível ajustar as ações do Ministério da Cultura (MinC) para que as 53 metas sejam alcançadas.

Até 2020 também se prevê a realização da 4ª Conferência Nacional de Cultura, encontro que deve possibilitar o aprimoramento das ações e estratégias adotadas, com base nos dados obtidos com o monitoramento do PNC. Quando o atual plano estiver próximo de seu término, será o momento de elaborar um novo PNC, com novas prioridades e novos desafios para a cultura.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

B823 Brasil. Ministério da Cultura.

Como fazer um plano de cultura. / Brasil. Ministério da Cultura.

Ilustradora Joana Lira. – São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2013. 96 p.; il.

ISBN 978-85-60618-18-7

Administração Pública. 2. Políticas Públicas Culturais. 3. Plano Nacional de Cultura. 4. Gestão de Política Pública. 5. Sistema Nacional de Cultura. 6. Monitoramento de Políticas Públicas. 7. Indicadores Culturais. I. Título.

CDU 351

CDD 350